ANDREA FIASCHI MOREIRA

**DIVERGÊNCIAS NO PREENCHIMENTO DA GUIA
FLORESTAL E A RESPONSABILIZAÇÃO JURÍDICO
AMBIENTAL DOS INTERESSADOS**

**UFMT – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PÓS-GRADUAÇÃO DE DIREITO AGROAMBIENTAL**

CUIABÁ – MT

2016

ANDREA FIASCHI MOREIRA

**DIVERGÊNCIAS NO PREENCHIMENTO DA GUIA
FLORESTAL E A RESPONSABILIZAÇÃO JURÍDICO
AMBIENTAL DOS INTERESSADOS**

Monografia apresentada pela acadêmica à Universidade Federal do Mato Grosso, como critério para aceite no programa de ensino de pós-graduação em Direito Agroambiental - ano 2016, para desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Professor orientador: Dr. Carlos Teodoro J. H. Irigaray

CUIABÁ - MT

2016

APRECIÇÃO

DEDICATÓRIA

Eu dedico este trabalho aos meus queridos pais, João Ricardo Moreira e Marilsa Fiaschi, pois são as pessoas que mais me apoiam e acreditam no meu potencial.

AGRADECIMENTO

Sou eternamente grata a meus pais, que me deram a oportunidade de realizar este trabalho.

EPÍGRAFE

"Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende."

(Leonardo da Vinci)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. TRANSPORTE DE PRODUTOS FLORESTAIS	12
1.1 Aspectos legais	14
1.2 Princípios aplicáveis	16
2. DIVERGÊNCIA NO PREENCHIMENTO DA GUIA FLORESTAL	22
2.1 Divergência de nomenclatura científica	22
2.2 Divergência de volumetria	31
3. RESPONSABILIZAÇÃO NO TRANSPORTE DE PRODUTOS FLORESTAIS NOS CASOS DE DIVERGÊNCIA NO PREENCHIMENTO DA GUIA FLORESTAL	38
3.1 Responsabilização administrativa	38
3.2 Jurisprudência	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53

RESUMO

Esta pesquisa analisa os aspectos relacionados à emissão da Guia Florestal, como requisito para o transporte legal de produtos de origem florestal. Este documento de controle é obrigatório e decorre na necessidade de monitoramento da atividade florestal, devendo acompanhar a carga em todo seu trajeto. Nesta guia é preciso conter informações como o nome, nome vulgar e nome científico, da essência transportada, bem como o volume do produto transportado. A divergência da nomenclatura e da volumetria da carga de madeira apresentada na Guia Florestal em relação ao apresentado no Laudo Técnico do INDEA acarreta sanções aos responsáveis, problema constantemente enfrentado pelas madeiras, gerando-lhes inúmeros processos administrativos e judiciais, com apreensão da carga transportada e a imposição de multa e perdimento de bens. Nesta abordagem os aspectos relacionados ao preenchimento da Guia Florestal e a responsabilização dos infratores no caso de transporte de produto florestal irregular são examinados através de pesquisa bibliográfica, empregando-se o método dedutivo.

Palavras-chaves: Transporte de madeira, Guia Florestal, Direito Agroambiental, Responsabilização.

ABSTRACT

This research examines the issues relating to the issue of the Forestry License, as a requirement for the legal transportation of forest products. This control document is mandatory and follows the need for monitoring of forest activity and must accompany the load across your path. In this license it must contain information such as the name, common name and scientific name, the transported substance and the volume of the load. The divergence of the nomenclature and timber cargo volumes shown in Forestry License relative to the INDEA's Technical Report entails sanctions to those responsible for the problem faced by the timber causing them numerous administrative and judicial proceedings with cargo seizure and the imposition of fines and forfeiture of property. In this approach the aspects related to completing the Forestry License and accountability of offenders in irregular forest product transport cases are examined through literature using the deductive method.

Keywords: timber transport, Forestry License, Environmental Law, responsibility.

INTRODUÇÃO

A natureza brasileira é muito rica e essa riqueza é muito importante para a economia do país, porém, como o meio ambiente é essencial à vida e deve ser preservado, é preciso buscar formas para que seu uso seja consciente e sustentável. Sendo assim, a legislação estabelece normas que devem ser seguidas. Na atividade de extração de madeira não é diferente, a legislação define inclusive como deve ser feito seu transporte, no intuito de verificar se a atividade está sendo realizada de forma legal, sem prejuízos ao meio ambiente.

A legislação do Estado de Mato Grosso prevê que todo produto florestal quando for transportado precisa ser acompanhado de documentação, dentre elas, a guia florestal.

A guia florestal serve para controle obrigatório na entrega, transporte, remessa, recebimento e armazenamento ou estocagem de produtos de origem florestal, desde o local de extração até seu destino final, como forma de monitoramento.

Existem quatro tipos de guias florestais, especificados em lei, e de acordo com a operação a ser realizada, será emitida a guia florestal correspondente. Sua forma de preenchimento e os dados que obrigatoriamente deverão constar nela também são especificados por lei. Dentre estas informações estão o nome da essência e o volume da madeira que será transportada.

A nomenclatura das essências de madeiras no âmbito da gestão ambiental do Estado de Mato Grosso é estabelecida pelo Decreto Estadual nº 571, de 29 de julho de 2011¹. A identificação deve ser feita prioritariamente no nível de gênero, com exceção das essências que constam na lista apresentada neste Decreto.

Já em relação à volumetria, o Decreto Estadual nº 1.375, de 03 de junho de 2008², tem o intuito de sanar a falta de unificação de normas de procedimentos para a medição de toros e madeira serrada e a falta de padronização da medição

¹BRASIL, Decreto Estadual nº 571, de 29 de julho de 2011. Estabelece as nomenclaturas das espécies de madeiras no âmbito da gestão ambiental do Estado de Mato Grosso. **Governo do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, M.T., 2011. Disponível em: <http://www.sefaz.mt.gov.br/>. Acesso em: 06/042016.

²BRASIL, Decreto Estadual nº 1.375, de 03 de junho de 2008. Disciplina a utilização, o preenchimento e a emissão da Guia Florestal (GF) para o transporte de produtos e/ou subprodutos de origem florestal do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. **Governo do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, M.T., 2006. Disponível em: <http://www.sefaz.mt.gov.br/>. Acesso em: 04/042016.

de volumes para o controle da fiscalização ambiental, estabelecendo formas de medição da madeira.

O representante operacional da madeireira é o responsável pelo preenchimento da guia florestal e é também responsável, em conjunto com a madeireira, pela veracidade das informações apresentadas na guia florestal. Caso o órgão fiscalizador entenda que a guia está em desconformidade com a legislação, ou seja, entenda que o transporte é ilegal, estes responsáveis receberão sanções, respondendo administrativamente.

Apesar de haver legislação que estabelece como fazer a identificação das essências e que estabelece formas de medição da madeira, elas não são suficientemente claras ou não são devidamente empregadas, o que ainda provoca inúmeras situações de divergência de nomenclatura e volumetria entre a guia florestal e o laudo técnico do INDEA, causando grandes transtornos para as madeireiras.

Neste trabalho a discussão sobre o preenchimento da Guia Florestal visa clarificar aspectos relacionados à regulamentação da matéria e os contornos da responsabilização nos casos de impropriedade no preenchimento da documentação que deve acobertar o transporte.

No primeiro capítulo são discutidos os aspectos legais e os princípios de Direito Ambiental aplicável à gestão da matéria.

Em seguida, são abordadas as hipóteses de divergência no preenchimento da Guia Florestal, tanto no aspecto da nomenclatura científica, como na volumetria.

No último capítulo é examinada a responsabilização administrativa e penal no caso de transporte de madeira com o preenchimento irregular da Guia Florestal, enfocando-se a jurisprudência dos tribunais na apreciação da matéria.

Nessa perspectiva denota-se a necessidade de melhoria no sistema regulatório, de modo a tornar mais efetivo o controle do transporte de subprodutos florestais com conseqüente melhoria da qualidade ambiental.

CAPÍTULO I

TRANSPORTE DE PRODUTOS FLORESTAIS

A Lei Complementar nº 233, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso e dá outras providências, estabelece que a guia florestal é documento obrigatório no transporte de produto florestal como instrumento de controle, elencando o que é considerado produto florestal e especificando o procedimento para emissão da guia florestal:

Art. 40 Fica instituída a Guia Florestal - GF/MT, instrumento de controle obrigatório a ser utilizado por pessoas físicas e jurídicas na entrega, remessa, transporte, recebimento e estocagem ou armazenamento de matérias-primas, produtos e subprodutos florestais, madeireiros e não madeireiros, desde o local de extração ou beneficiamento até o seu destino final.

§ 1º A Guia Florestal será exigida também nas operações originadas de outros Estados da Federação a destinatário estabelecido no território mato-grossense, e nas operações subseqüentes, bem como no transporte de produtos florestais finais, semi-elaborados e semi-acabados, definidos no regulamento.

§ 2º Entende-se por matéria-prima, produto e subproduto florestal:

I - madeira em toras;

II - toretes;

III - postes não-imunizados;

IV - escoramentos;

V - palanques roliços;

VI - dormentes nas fases de extração/fornecimento;

VII - mourões ou moirões;

VIII - achas e lascas;

IX - pranchões;

X - lenha;

XI - palmito;

XII - xaxim;

XIII - óleos essenciais;

XIV - plantas ornamentais, medicinais e aromáticas;

XV - mudas, raízes, bulbos, cipós, folhas e sementes;

XVI - carvão.

Art. 41 A Guia Florestal será fornecida pela SEMA aos detentores de autorização de desmate, de planos aprovados de exploração e de manejo, bem como ao comprador e/ou consumidor identificado no contrato de compra e venda de matéria-prima, produto in natura, beneficiado ou semi-elaborado, carvão, lenha e demais produtos e subprodutos florestais.

§ 1º Não será fornecida Guia Florestal à pessoa física ou jurídica em débito de qualquer natureza com a SEMA ou com a Secretaria de Estado de Fazenda.

§ 2º A Guia Florestal somente será fornecida após o cumprimento da reposição florestal, nos casos em que esta é exigida.

§ 3º Ficam dispensadas do uso da Guia Florestal as remessas de lenha para uso próprio e doméstico em quantidade inferior a 1 (um) metro estéreo e todo material lenhoso proveniente de erradicação de culturas, pomares ou de poda de arborização urbana.

§ 4º Para os empreendimentos isentos na forma do inciso III, Art. 27, deverá conter na nota fiscal em seu campo de observação a isenção instituída por esta lei complementar. (Acrescentado pela LC 312/08)

Art. 42 Cada veículo transportador de matéria-prima, produto e subproduto florestal deverá utilizar uma Guia Florestal.

Art. 43 A Guia Florestal será expedida pela SEMA em 3 (três) vias, que deverão estar acompanhadas de Nota Fiscal relativa a operação e o comprovante do recolhimento da taxa correspondente à sua emissão, tendo como obrigatoriedade no seu preenchimento:

I - dados do remetente: pessoa física ou jurídica;

II - endereço - Cidade - Estado - CNPJ - Inscrição Estadual;

III - número do cadastro na SEMA;

IV - número da autorização do desmatamento ou manejo e da respectiva LAU;

V - categoria;

VI - dados da pessoa jurídica ou física do destinatário, incluindo o número da nota fiscal de remessa e o número do documento de arrecadação da taxa de controle de entrada e saída de produto florestal.

§ 1º A Guia Florestal de matéria-prima florestal poderá ser retificada imediatamente após sua entrada na indústria de beneficiamento com o lançamento da volumetria efetivamente recebida.

§ 2º Na hipótese de entrada de produtos e subprodutos florestais, a primeira via da Guia Florestal, devidamente preenchida, deverá acompanhar a matéria-prima do local de origem do transporte até a indústria de beneficiamento.

§ 3º A segunda via da Guia Florestal será retida pela fiscalização durante seu transporte.

§ 4º A terceira via da Guia Florestal será mantida com o responsável pela origem do produto ou subproduto florestal.

§ 5º Na hipótese de operações interestaduais será emitida uma quarta via da Guia Florestal que deverá ser entregue ao órgão ambiental de destino.

Art. 44 O creditamento do produto ou subproduto florestal oriundo de outro Estado da Federação somente será efetuado após confirmação, pelo órgão emitente, da autenticidade do documento que acobertou o trânsito ou transporte do produto.

Art. 45 O Poder Executivo regulamentará a utilização, o preenchimento e o prazo de validade da Guia Florestal.³

A norma estadual foi editada em consonância com a legislação federal que estabelece normas para o controle do transporte de produtos e subprodutos florestais, visando coibir o desmatamento ilegal e a extração de madeira sem a competente autorização.

³BRASIL, Lei Complementar nº 233, de 21 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. **Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, M.T., 2006. Disponível em: <http://www.sefaz.mt.gov.br/>. Acesso em: 13/04/2016.

1.1 ASPECTOS LEGAIS

No âmbito estadual, o Decreto Estadual nº 8.189, de 10 de outubro de 2006, disciplina a utilização, o preenchimento e a emissão da Guia Florestal para o transporte de produtos e subprodutos de origem florestal do Estado de Mato Grosso.

Este decreto, do seu 2º ao 6º artigo, estabelece a existência de quatro tipos de guia florestal. A guia a ser emitida será aquela que corresponde ao tipo de operação a ser realizada:

Art. 2º A GF será emitida nos seguintes modelos:

- I – GF Modelo 1 - GF-1;*
- II – GF Modelo 2 - GF-2;*
- III – GF Modelo 3 - GF-3; e*
- IV – GF Modelo 4 - GF-4.*

Art. 3º A GF-1 será exigida para o transporte de produtos de origem florestal (tora) efetuado desde a origem até a indústria.

Art. 4º A GF-2 será exigida para o transporte de produtos e/ou subprodutos de origem florestal oriundos de: Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), Plano de Exploração Florestal (PEF), Desmate Autorizado em Licenças de Instalação (DALI), Desmate Autorizado em Pequenas Propriedades (DAPP), Exploração Florestal em Pequenas Propriedades (EFPP), Produto Florestal de Limpeza de Pastagens (PFLP), Produto Florestal de Declaração de Estoque (PFDE), Reflorestamento com Espécies Nativas (RCEN), Reflorestamento com Espécies Exóticas (RCEE), Erradicação ou Poda de Cultura ou Espécie Frutífera (EPCF) e Corte ou Poda de Árvores Urbanas (CPAU), abaixo mencionados:

- I – carvão;*
- II – lenha;*
- III – toretes;*
- IV – escoramentos;*
- V – postes não imunizados;*
- VI – palanques roliços;*
- VII – mourões ou moirões;*
- VIII – lascas;*
- IX – palmitos de origem nativa, com exceção do babaçu *Orbignya oleifera* Bur, oriundo de pastagem e cultura agrícola.*
- X – mudas.*

Art. 5º A GF-3 será exigida para o transporte dos seguintes produtos e/ou subprodutos de origem florestal:

- I - madeira serrada bruta ou semi-acabada;*
- II - produtos semi-acabados;*
- III - produtos beneficiados;*
- IV - produtos industrializados;*
- V - toras, nas hipóteses de revenda para qualquer pessoa jurídica cadastrada no CC-SEMA;*
- VI - resíduos de produtos florestais oriundos de indústrias;*
- VII - os produtos e/ou subprodutos florestais do Art. 4º, na segunda operação;*
- VIII - carvão originário de resíduos industriais.*

Art. 6º A GF-4 será emitida nos casos em que não couber a emissão das Guias Florestais Modelos 1, 2 e 3, e ainda, para aqueles que não tenham obrigatoriedade de serem cadastrados no Cadastro de Consumidores de Matéria-Prima de Origem Florestal (CC-SEMA).

§ 1º A GF-4 será exigida também nos seguintes casos:

- I – transferência de produtos florestais entre estabelecimentos produtores pertencentes ao mesmo proprietário ou entre proprietários diversos, mas que tenham a mesma participação societária;
- II – doações;
- III – aquisições eventuais de produtos e/ou subprodutos de origem florestal oriundos de propriedades menores ou iguais a 150 ha (cento e cinquenta hectares).

§ 2º A GF-4 será emitida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA).⁴

É este decreto que também, em seu artigo 10, especifica a forma de preenchimento das guias e quais itens devem constar nela, como a nomenclatura e o volume, em seus incisos V e VI:

Art. 10. A GF será disponibilizada no site da SEMA contendo os seguintes itens:

I – dados do remetente e destinatário:

- a) razão social;
 - b) data da emissão e vencimento;
 - c) endereço;
 - d) número do CNPJ/CPF e da Inscrição Estadual, quando for exigida;
 - e) número do cadastro no CC-SEMA, do explorador e do adquirente, em operações internas, quando for o caso;
- II – nome e assinatura do representante operacional responsável pelo preenchimento do cadastrado junto à SEMA;
- III – número da GF;
- IV – número da Nota Fiscal;
- V – número e valor do Documento de Arrecadação DAR/ AUT (da emissão da guia e do ICMS), quando obrigatório;
- VI – nome da essência a ser transportada: (científico e vulgar);
- VII – volume do produto e/ou subproduto a ser transportado e seus valores;
- VIII – coordenadas geográficas da origem, destino e memorial descritivo das rotas, principal e alternativa (GF-1 e GF-2);
- IX – descrição do trajeto da carga ao destino (GF-3 e GF-4), e nas vendas para fora do Estado de Mato Grosso citar, os Estados de passagem. (Nova redação dada ao inciso IX pelo Dec. nº 370/11).
- X – número do projeto de autorização, conforme caput do Art. 4º (GF-1 e GF-2);
- XI – placa do veículo transportador ou do conjunto de placas, na hipótese de carreta, bitrem ou tremião;
- XII – prazo de validade de 6 (seis) dias para o transporte dentro do Estado de Mato Grosso e mais 10 (dez) dias para chegar ao destino em caso de transporte interestadual.⁵

⁴BRASIL, Decreto Estadual nº 8.189, de 10 de outubro de 2006. Regulamenta o Art. 4º, inciso II, e o Art. 62, inciso IV, da Lei Complementar nº 233, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. **Governo do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, M.T., 2008. Disponível em: <http://www.sefaz.mt.gov.br/>. Acesso em: 04/042016.

⁵Ibidem.

Tanto a guia florestal como a nota fiscal que acompanham a carga transportada devem estar de acordo com a carga, seguindo o especificado no decreto acima mencionado, tarefa que, apesar de parecer simples, é um tanto complexa.

Como assinalado, a regulamentação da matéria decorre de imposição prevista na legislação federal e se justifica com fundamento nos princípios a seguir assinalados.

1.2 PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

A atividade de extração de madeira é essencial socialmente e economicamente, porém não pode ser feita de qualquer forma, sem levar em consideração a necessidade de preservação das florestas e do meio ambiente como um todo, afinal o desmatamento descontrolado provoca grandes prejuízos. Para isso, além de legislações, existem vários princípios a serem aplicados.

1.2.1 Princípio do Usuário-Pagador

O uso dos recursos naturais pode ser gratuito, como pode ser pago. A raridade do recurso, o uso poluidor e a necessidade de prevenir catástrofes, entre outras coisas, podem levar à cobrança do uso desses recursos. O Princípio do Usuário-Pagador parte do pressuposto de que deve haver contrapartida remuneratória pela outorga do direito de uso de um recurso natural.

Trata-se de pagar pelo uso privativo de um recurso ambiental de natureza pública, em face de sua escassez, e não como penalidade decorrente de ato ilícito.⁶

No Brasil, a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, em seu artigo 4^a, inciso VII, diz que a Política Nacional do Meio Ambiente visará ao usuário a imposição da contribuição pelo uso de recursos naturais com fins econômicos:

*Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:
I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;*

⁶GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito de águas**: disciplina jurídica das águas doces. São Paulo: Atlas, 2011, p.71.

II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

III - ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

*VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.*⁷

Nas palavras de Henri Smets:

*Em matéria de proteção do meio, o princípio usuário-pagador significa que o utilizador do recurso deve suportar o conjunto e os custos advindos de sua própria utilização. Este princípio tem por objetivo fazer com que custos não sejam suportados nem pelos Poderes Públicos, nem por terceiros, mas pelo utilizador. De outro lado, o princípio não justifica a imposição de taxas que tenham por efeito aumentar o preço do recurso ao ponto de ultrapassar seu custo real, após levarem-se em conta as externalidades e a realidade.*⁸

O uso gratuito dos recursos naturais representa um enriquecimento ilegítimo do usuário, pois a comunidade que não usa o recurso fica onerada, portanto, deve pagar aquele que se beneficia com o uso do recurso natural e não paga aquele que não se beneficia economicamente.

1.2.2 Princípio da Precaução

Segundo Paulo Affonso⁹, prevenir a degradação do meio ambiente no plano nacional e internacional é concepção que passou a ser aceita no mundo jurídico, especialmente nas últimas três décadas. Incontestável tornou-se a obrigação de prevenir ou evitar o dano ambiental quando o mesmo pudesse ser detectado antecipadamente.

⁷BRASIL, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, D.F., 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13/042016.

⁸MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 47.

⁹Idem, p. 49.

A lei de Política Nacional do Meio Ambiente no Brasil, em seu artigo 4º, já transcrito acima, inseriu como objetivos desta política pública a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico e a preservação dos recursos ambientais, com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente. Entre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente colocou-se a avaliação dos impactos ambientais, em seu artigo 9º, inciso III, que se revela como medida precaucional, comportando prévia análise dos riscos ambientais das atividades licenciadas. Dispõe o referido dispositivo:

Art 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

II - o zoneamento ambiental; (Regulamento)

III - a avaliação de impactos ambientais;

IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

VI - a criação de reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico, pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal;

VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;

VII - o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;

VIII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

IX - as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

X - a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

XI - a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes;

XII - o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.

XIII - instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros.¹⁰

A avaliação do impacto ambiental pode ser exigida, por exemplo, no caso de desmatamento de extensas áreas, onde o transporte de produtos florestais está associado.

O princípio da precaução está presente no Direito alemão desde os anos 70, ao lado do princípio da cooperação e do princípio do poluidor-pagador. Eckard Rehbinder, professor da Universidade de Frankfurt, acentua que:

¹⁰BRASIL, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, D.F., 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13/042016.

*A Política Ambiental não se limita à eliminação ou redução da poluição já existente ou iminente (proteção contra perigo), mas faz com que a poluição seja combatida desde o início (proteção contra o simples risco) e que o recurso natural seja desfrutado sobre a base de um rendimento duradouro.*¹¹

Gerd Winter, professor da Universidade de Bremen, diferencia perigo ambiental de risco ambiental:

*Se os perigos são geralmente proibidos, o mesmo não acontece com os riscos. Os riscos não podem ser excluídos, porque sempre permanece a probabilidade de um dano menor. Os riscos podem ser minimizados. Se a legislação proíbe ações perigosas, mas possibilita a mitigação dos riscos, aplica-se o princípio da precaução, o qual requer a redução da extensão, da frequência ou da incerteza do dano.*¹²

A implementação do princípio da precaução não tem por finalidade imobilizar as atividades humanas. Não se trata da precaução que tudo impede ou que em tudo vê catástrofes ou males. O princípio da precaução visa à durabilidade da sadia qualidade de vida das gerações humanas e à continuidade da natureza existente no planeta. A precaução deve ser visualizada não só em relação às gerações presentes, como em relação ao direito ao meio ambiente das gerações futuras.

Sobre o princípio da precaução e os princípios constitucionais da Administração Pública, François Ewald afirma:

*O princípio da precaução entra no domínio do direito público que se chama 'poder de polícia' da administração. O Estado que, tradicionalmente, se encarrega da salubridade, da tranquilidade, da segurança, pode e deve para este fim tomar medidas que contradigam, reduzam, limitem, suspendam algumas das liberdades do homem e do cidadão: expressão, manifestação, comércio, empresa. O princípio da precaução estende este poder de polícia. Em nome desse princípio, o Estado pode suspender uma grande liberdade, ainda mesmo que ele não possa apoiar sua decisão em uma certeza científica.*¹³

Edwald acrescenta que o legislador, segundo a lógica do balanço custo-avanzagem, abre a possibilidade para a interposição de recurso por excesso de poder, desde que as disposições tomadas pela administração tenham sido desproporcionais.

¹¹Apud: MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 49.

¹²Ibidem.

¹³LA PRÉCAUTION, une responsabilité de L'État, *Le Monde*. Paris, mar. 2000. Apud: MACHADO, Paulo Affonso Leme, p. 62.

1.2.3 Princípio da Prevenção

Prevenção é substantivo do verbo prevenir, que significa, segundo Aurélio, dispor com antecipação, ou de sorte que evite dano ou mal.¹⁴

O princípio da prevenção é basilar no Direito Ambiental, concernindo à prioridade que deve ser dada às medidas que evitem o nascimento de atentados ao ambiente, de molde a reduzir ou eliminar as causas de ações suscetíveis de alterar a sua qualidade, uma vez que os danos ambientais, na maioria das vezes, são irreversíveis e irreparáveis.

O estudo de impacto ambiental, previsto no artigo 225, parágrafo 1º, inciso IV, da Constituição Federal¹⁵, bem como a preocupação do legislador em controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, manifestada no mesmo artigo, inciso V, bem como quando a Lei nº 6.938 de 1981, em seu artigo 2º¹⁶, diz que em sua Política Nacional do Meio Ambiente observará como princípios a proteção dos ecossistemas, com a preservação das áreas representativas, e a proteção das áreas ameaçadas de degradação, e ainda a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, do novo Código Florestal¹⁷, que prevê a definição e a aplicação do regime de manejo florestal sustentável, são exemplos de direcionamento preventivo. É a consciência ecológica que propiciará o sucesso no combate preventivo do dano ambiental.

Além disso, a efetiva prevenção do dano deve-se também ao papel exercido pelo Estado na punição correta do poluidor, pois, dessa forma, ela passa a ser um estimulante negativo contra a prática de agressões ao meio ambiente. Não se deve perder de vista ainda que incentivos fiscais conferidos às atividades

¹⁴FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 441.

¹⁵BRASIL, *Constituição Federal*. Presidência da República, Brasília, D.F., 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/042016.

¹⁶BRASIL, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Presidência da República*, Brasília, D.F., 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13/042016.

¹⁷BRASIL, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Presidência da República*, Brasília, D.F., 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/042016.

que atuem em parceria com o meio ambiente, bem como maiores benefícios às que utilizem tecnologias limpas também são instrumentos a serem explorados na efetivação do princípio da prevenção.

Uma legislação severa que imponha multas e sanções mais pesadas funciona também como instrumento de efetivação da prevenção. Para tanto, é imprescindível que se leve em conta o poder econômico do poluidor, de modo a desvirtuar o princípio através de um simples cálculo aritmético. Isso significa dizer que as penalidades deverão estar atentas aos benefícios experimentados com a atividade degradante, bem como com o lucro obtido à custa da agressão, de modo que essa atividade, uma vez penalizada, não compense economicamente.

Oportuno salientar que não se quer com isso inviabilizar a atividade econômica, mas tão-somente excluir do mercado o poluidor que ainda não constatou que os recursos ambientais são escassos, que não pertencem a uma ou algumas pessoas e que sua utilização encontra-se limitada na utilização do próximo, porquanto, o bem ambiental é um bem de uso comum do povo.¹⁸

¹⁸FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 67 a 69.

CAPÍTULO II

DIVERGÊNCIA NO PREENCHIMENTO DA GUIA FLORESTAL

Dentre as informações constantes na guia florestal estão o nome científico e o volume das espécies transportadas. Estas duas informações causam muitos problemas às madeiras, pois, corriqueiramente, existem divergências entre as informações apresentadas na guia florestal e o que é identificado pelo órgão fiscalizador na vistoria da carga transportada.

2.1 DIVERGÊNCIA DE NOMENCLATURA CIENTÍFICA

Como foi dito anteriormente, o Decreto Estadual nº 8.189, de 10 de outubro de 2006, disciplina a utilização, o preenchimento e a emissão da Guia Florestal para o transporte de produtos e subprodutos de origem florestal do Estado de Mato Grosso. Ele especifica quais itens devem constar na guia florestal, como a nomenclatura e o volume da carga transportada.

O Decreto Estadual nº 571, de 29 de julho de 2011, estabelece as nomenclaturas das espécies de madeiras no âmbito da gestão ambiental do Estado de Mato Grosso:

Art. 1º A identificação das essências florestais no Estado de Mato Grosso será ao nível de gênero e espécie.

Parágrafo único. No transporte de produtos florestais, as essências serão prioritariamente identificadas ao nível de gênero, a exceção daquelas constantes no Anexo Único deste decreto.

ANEXO ÚNICO

ITEM	NOMES VULGARES	NOME CIENTÍFICO
01	PEROBA-ROSA, PEROBA, PEROBA-AMARGOSA, PEROBA-AMARELA, PEROBA -RAJADA, SOBRO	<i>Aspidosperma polyneuron</i>
02	AROEIRA, AROEIRA-DO-SERTÃO, AROEIRA-DO-CAMPO, AROEIRA-LEGÍTIMA, AROEIRA-PRETA, AROEIRA-VERMELHA, URUNDEÚVA	<i>Astronium urundeuva</i>
03	TATAJUBA, GARROTE, AMARELINHO, AMARELO, AMARELÃO, BAGACEIRA,	<i>Bagassa guianensis</i>

04	ANDIROBA	<i>Carapa guianensis</i>
05	CEDRORANA, CEDRO-AMAZONENSE, CEDRÃO, CEDRO-ARANA, CEDRO-ALAGOANO	<i>Cedrelinga catenaeformis</i>
06	AMOREIRA, TAIÚVA, AMARELINHO, TATAJUBA-DE-ESPINHO	<i>Chlorophora tinctoria</i>
07	LOURO-PRETO, LOURO-RAJADO	<i>Cordia gerascanthus</i>
08	FREIJÓ, FREI-JORGE, LOURO-FREIJÓ	<i>Cordia goeldiana</i>
09	ANGELIM, ANGELIM-FERRO, ANGELIM-VERMELHO, FAVEIRA-DURA, FAVEIRA-FERRO, FAVEIRO-DO-GRANDE	<i>Dinizia excelsa</i>
10	TAMBORIL, TIMBORI, TIMBOÚVA, CHIMBUVA, TIMBAÚVA, ORELHA-DE-NEGRO	<i>Enterolobium contortisiliquum</i>
11	CEDRINHO, QUARUBARANA, PAU-TABUINHA, TABUINHEIRO, CEDRILHO, CAMBARÁ, JABOTI, LIBRA, QUARUBA-	<i>Erisma uncinatum</i>
12	SUCUPIRA-AMARELA, SUCUPIRA, SUCUPIRANA	<i>Ferreirea spectabilis</i>
13	CUPIÚBA, PEROBA-DE-SINOP, PEROBA-FEDIDA, PEROBA-DO-NORTE, CUPIÚBA-FEDIDA, VINAGREIRO	<i>Goupia glabra</i>
14	SERINGUEIRA, SERINGA, SERINGARANA, SERINGA – BRANCA	<i>Hevea brasiliensis</i>
15	CAROBA, PARÁ-PARÁ, BIROLO, CARAÚBA, CAROBA-BRANCA, VIROLO, MARUPÁ-FALSO	<i>Jacaranda copaia</i>
16	PIRIQUITEIRA, PAU-JACARÉ, CASTANHA-DE-ARARA	<i>Laetia procera</i>
17	PAU-FERRO, CAVIÚNA, JACARANDÁ-CAVIÚNA, CAVIÚNA-RAJADA	<i>Machaerium scleroxylon</i>
18	ITAÚBA, ITAÚBA-AMARELA, ITAÚBA-PRETA, ITAÚBA-VERMELHA, ITAÚBA-ABACATE, LOURO-ITAÚBA	<i>Mezilaurus itauba</i>
19	BÁLSAMO, CABREÚVA, CABREÚVA-VERMELHA, ÓLEO-VERMELHO, ÓLEO-DE-BÁLSAMO, SANGUE-DE-GATO, CABOREÍBA-ERMELHA	<i>Myroxylon balsamum</i>
20	FAVEIRO, SUCUPIRA-BRANCA, SUCUPIRA-LISA	<i>Pterodon pubescens</i>
21	MARUPÁ, CAIXETA, TAMANQUEIRA, MALACAIXETA, MARAPAÚBA, CALUNGA, MARUPÁ-VERDADEIRO, PAU-PARAÍBA, SIMARUBA,	<i>Simarouba amara</i>
22	CEREJEIRA, AMBURANA, IMBURANA-DE-CHEIRO, CUMARU-DE-CHEIRO, IMBURANA, CEREJEIRA-RAJADA, AMBURANA-DE-CHEIRO	<i>Torresea acreana</i>
23	ACAPU, ANGELIN	<i>Vouacapoua cuiabensis</i>

19

Apesar do decreto apresentar esta lista identificando o nome vulgar e científico das essências, ainda existem muitas situações de divergência de nomenclatura entre a guia florestal e o laudo técnico, uma vez que este decreto não é preciso, não são todas as espécies que estão relacionadas nele e é

¹⁹BRASIL, Decreto Estadual nº 571, de 29 de julho de 2011. Estabelece as nomenclaturas das espécies de madeiras no âmbito da gestão ambiental do Estado de Mato Grosso. **Governo do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, M.T., 2011. Disponível em: <http://www.sefaz.mt.gov.br/>. Acesso em: 06/042016.

possível verificar que existe incongruidade sobre as espécies de madeiras mesmo nas publicações dos próprios órgãos públicos.

Se compararmos este decreto com a Instrução Normativa Nº 29, de 21 de maio de 2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que trata da lista de espécies florestais para inscrição no Registro Nacional de Cultivares – RNC, podemos observar essas incongruências. Como exemplo, no item 01 da lista deste decreto, tanto peroba-rosa como peroba-amarela estão classificadas como *Aspidosperma polyneuron*, já na instrução normativa, peroba-rosa está classificada como *Aspidosperma polyneuron* no item 119 e peroba-amarela está classificada como *Aspidosperma ramiflorum* no item 124.²⁰

Ao buscarmos informações no banco de dados do Laboratório de Produtos Florestais – LPF, órgão do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, não encontramos a espécie *Aspidosperma polyneuron* e encontramos peroba-amarela classificada como *Aspidosperma macrocarpon*.²¹

Apenas com estes exemplos já é possível verificar a dificuldade de se identificar a madeira.

O Decreto Estadual nº 8.189, em seu artigo 32, prevê a possibilidade de substituição da guia floresta em caso de erro material, quando a madeireira apenas se equivocou quanto à nomenclatura científica das espécies:

*Art. 32. Não será permitida a substituição ou cancelamento da GF que acobertar a carga de produto ou subproduto florestal quando, em trânsito, for constatada fraude, simulação ou dolo no preenchimento, ressalvados os casos de erro material.*²²

Porém, observa-se que esta possibilidade é ignorada pelos órgãos ambientais, que ao invés de dar a oportunidade de substituição da guia quando o

²⁰BRASIL, Instrução Normativa Nº 29, de 21 de maio de 2008. Autoriza a inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC das espécies florestais. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, Brasília, D.F., 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 06/04/2016.

²¹SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Laboratório de Produtos Florestais**: Banco de dados de madeiras brasileiras. Disponível em: <http://sistemas.florestal.gov.br/madeirasdobrasil/caracteristicas.php?ID=19&caracteristica=204>. Acesso em 08/04/2016.

²²BRASIL, Decreto Estadual nº 8.189, de 10 de outubro de 2006. Regulamenta o Art. 4º, inciso II, e o Art. 62, inciso IV, da Lei Complementar nº 233, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. **Governo do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, M.T., 2008. Disponível em: <http://www.sefaz.mt.gov.br/>. Acesso em: 04/04/2016

erro material é claro, emitem o auto de infração como transporte ilegal de madeira e apreendem o caminhão com a carga.

Vejamos o julgamento do Recurso de Apelação Criminal nº 2017/2012, tendo como Relator o Dr. Hildebrando da Costa Marques²³, como exemplo típico dos problemas que ocorrem diariamente em decorrência destas divergências:

RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL - DENÚNCIA – TRANSPORTE IRREGULAR DE PRODUTO FLORESTAL - VIGÊNCIA DO DECRETO 1472/2008 - PERÍODOS DE 24/07/2008 À 16/04/2009 E 16/06/2009 À 29/07/2011 - DIVERGÊNCIA DE NOMENCLATURA – MADEIRA ORELHA-DE-NEGROIFA VEIRA-DURA - DUPLA Nomenclatura CIENTÍFICA NO DECRETO 1472/2008 - DIVERGÊNCIA NA VOLUMETRIA DA CARGA - DIFERENÇA DE 11,272% - CRIME AMBIENTAL DE TRANSPORTE ILEGAL DE MADEIRA – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. *O Decreto 1472/2008 (de 24/07/2008) foi revogado pelo Decreto 1905/1990 (de 16/04/2009), mas, em seguida, ripristinado pelo Decreto 2001/2009 (de 16/06/2009) e, posteriormente, novamente revogado pelo Decreto 571/20 I 1 (de 29/07/20 I 1). Diante desse histórico, o Decreto 1472/2008 esteve em vigência durante os períodos de 24/07/2008 à 16/04/2009 e de 16/06/2009 à 29/07/2011.*
2. *Com base nos anexos do Decreto Estadual nº 1.472/2008, a madeira, popularmente conhecida como Orelha-de-negro, Faveira-dura ou Favo-orelha-de-negro é cientificamente conhecida tanto por Enterolobium Contortisiliquum quanto por Enterolobium Sp. Inexiste conduta com tipicidade criminal no preenchimento da Guia Florestal com qualquer uma destas nomenclaturas científicas.*
3. *A diferença na volumetria da madeira transportada em 11,272% (onze vírgula duzentos e setenta e dois por cento), por ser expressiva, materializa a prática do crime ambiental de transporte ilegal de madeiras (artigo 46, parágrafo único da Lei 9605/1998).*

(...)
Voto

Passo à análise das questões objeto do recurso, devolvidas a apreciação judicial em segundo grau.

DIVERGÊNCIA DE NOMENCLATURA DAS MADEIRAS TRANSPORTADAS.

De acordo com a denúncia, a madeira transportada, constante na Guia Florestal, difere dos produtos e da quantidade apontados no Laudo Técnico emitido pelo INDEA, conforme resumo sistematizado na seguinte tabela:

	<i>Guia Florestal</i>	<i>Laudo Técnico</i>

²³MATO GROSSO. Tribunal de Justiça. Recurso de Apelação Criminal nº 2017/2012. Relator: desembargador Hildebrando da Costa Marques. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/>. Acesso em: 04/04/2016.

1	Angelim-amargoso (<i>Vataírea sp</i>)	Angelim-amargoso (<i>Vataírea sp</i>)
2	Guanandi (<i>Calophyllun sp</i>)	Guanandi (<i>Calophyllun sp</i>)
3	Orelha-de-negro (<i>Enterolobium contortisiliquum</i> (veel.) Morong)	Faveira-dura (<i>Enterolobium sp</i>)
4	Guaiçara (<i>Qualea sp</i>)	Carnbará/Guaiçara (<i>Qualea sp</i>)

Da análise deste quadro, observa-se que não há divergência no nome científico dos itens 1, 2 e 4, mas no item 3 (Orelha-de-negro/Faveira-dura) há parcial divergência, já que na Guia Florestal consta (*Enterolobium contortisiliquum* (veel.) Morong e no Laudo Técnico apenas *Enterolobiuin sp*.

Observa-se também divergência na volumetria total da carga constante na Guia Florestal e no Laudo Técnico.

Em exame do item 45 do Anexo I e do item 7 do Anexo II (transcritos no quadro abaixo) do Decreto Estadual 1.472/2008, que uniformiza as nomenclaturas das espécies de madeiras no âmbito da gestão ambiental, vigente à época da emissão da Guia Florestal, constata-se que a madeira conhecida popularmente como Orelha-de-negro, Faveira-dura ou Favo-orelha-de-negro é conhecida cientificamente tanto por *Enterolobium Contortisiliquum* quanto por *Enterolobium Sp*, situação que demonstra não haver irregularidade no transporte no referido produto florestal, mas, efetivamente, simples erro formal no preenchimento da Guia Florestal.

45	Tamboril, Timbori, Timboúva, Chimuva, Timbaúva, Orelha-de-negro	<i>Enterolobium Contortisiliquum</i>
07	<i>Enterolobium Sp.</i>	Faveira-dura, Faveira, Favela, Fava-de-rosca, Fava-orelha -de- macaco, Fava -orelha -de- negro, "Sucupira-amarela"

Portanto, diante da falta de redação precisa no (Decreto1472/2008 e a consequente margem de dúvidas no preenchimento da Guia Florestal, o transporte da madeira Orelha-de-negro/Faveira-dura, no presente caso, não caracteriza irregularidade ambiental e, muito menos, conduta com tipicidade criminal.

Em situação de similitude, já se manifestou a jurisprudência:

APELAÇÃO CRIMINAL - DIVERGÊNCIA DO PRODUTO TRANSPORTADO

COM A GUIA FLORESTAL - NOME POPULAR CORRETO E NOME CIENTÍFICO INCORRETO - MERO ERRO MATERIAL - DIVERGÊNCIA APENAS NO NOME CIENTÍFICO - CRIME PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 46 DA LEI 9.605/98 - INOCORRÊNCIA - RECURSO PROVIDO. Se na nota fiscal e na guia de transporte da madeira estiverem correto o seu nome popular. havendo divergência somente quanto ao nome científico, com indícios de ter havido confusão de

nomenclatura, gerador de simples erro material, tal fato não aperfeiçoa o crime tipificado no parágrafo único do art. 46 da Lei 9.605/98. (RACRI, 1189/2012, DR. VALMIR ALAÉRCIO DOS SANTOS, TURMA RECURSAL ÚNICA, Data do julgamento 07/08/2012, Data da Publicação no DJE 29/08/20142)

AGRAVO DE INSTRUMENTO APREENSÃO DE MADEIRA – IRREGULARIDADE DA GUIA FLORESTAL - MERO ERRO MATERIAL – DIVERGÊNCIA NO NOME CIENTÍFICO - ILICITUDE DA RETENÇÃO – LAUDO TÉCNICO DO INDEA QUE COMPROVA A EXATIDÃO DA CARGA TRANSPORTADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Nos termos do artigo 32 do Decreto Estadual nº 8189/2006, havendo erro material no preenchimento da Guia Florestal (GF), é viável a substituição do documento, inexistindo justificativa para retenção da madeira, principalmente ante a inexistência de dolo, fraude ou simulação no preenchimento da GF. (TJMT - Agravo de Instrumento 106983/2008 - Rel. Des. Antônio Bitar Filho - J. 11. 03.2009)

É cediço que o Direito Ambiental não pode ignorar outras áreas do conhecimento, pois trata-se de matéria multidisciplinar, sendo que temos que buscar as respostas para muitas questões em outras ciências, como a botânica, para o caso em tela.

Assim, é preciso buscar a informação necessária para que se possa entender a não divergência entre as espécies nos casos como o citado na jurisprudência acima.

Marieta Prata de Lima Dias, em seu estudo técnico FLORA MATO-GROSSENSE: MOTIVAÇÃO DOS NOMES CIENTÍFICOS, para a Universidade de Federal de Mato Grosso, UFMT, Campus de Sinop, explica que no nome científico, o primeiro nome é o gênero e o segundo é o epíteto específico, ou seja, a espécie. O epíteto pode ser um adjetivo qualificando o nome genérico, um nome por aposição ou um nome possessivo. Segundo Marieta:

Algumas regras de nomeação botânica

2. *Lyonia ferruginea (Walt) Nutt. – Em 1788, Thomas Walter descreveu *Andromeda ferruginea*. Em 1818, Thomas Nuttall constatou que esta espécie e espécies afins pertenciam na verdade ao gênero *Lyonia*; assim, transferiu *ferruginea* para *Lyonia* e o autor original consta entre parênteses. Este fato é comum acontecer, devido ao “aumento do conhecimento sobre as relações filogenéticas de uma espécie”, o que pode “interferir ou dificultar a obtenção de informações sobre o táxon” mas fornece “um reflexo mais acurado das hipóteses de relações filogenéticas, envolvendo-o e permitindo que a nomenclatura botânica seja mais preditiva” (Judd et al., 2009, pág. 546).*

6. *Vatairea sp. – O “sp” significa espécie e significa que as afinidades filogenéticas constam incertas, por isso nomeou-se a espécie de forma uninominal.²⁴*

²⁴DIAS, Marieta Prata de Lima. *Flora mato-grossense*: Motivação dos nomes científicos. Sinop: UFMT, 2011, p. 74.

Pode-se compreender desta explicação que em um nome científico, como *Enterolobium contortisiliquum*, *enterolobium* se refere ao gênero e *contortisiliquum* é a espécie. Já no caso de *Enterolobium sp*, indica apenas o gênero, havendo incerteza em relação a espécie, portanto, o nome científico está sem espécie.

Sendo assim, conclui-se que não existe divergência entre *Enterolobium contortisiliquum* e *Enterolobium sp*, pois ambos são *Enterolobium*, o primeiro é uma espécie específica e o segundo é genérico. Poder-se dizer, por exemplo, em linguagem coloquial que toda ORELHA-DE-NEGRO é *Enterolobium sp.*, porém nem toda ORELHA-DE-NEGRO é *Enterolobium contortisiliquum*, uma vez que, segundo o banco de dados do Laboratório de Produtos Florestais, orelha-de-negro também pode ser classificada como *Enterolobium maximum* e *Enterolobium schomburgkii*.²⁵

Toda esta complexidade tem o intuito de melhor esclarecer o que de fato precisamos entender para poder enxergar de forma clara quando há e quando não há ato antijurídico a ser reprimido pela lei. Portanto, fica claro que a identificação das espécies das madeiras não pode ser realizada de forma amadorística e a olho nu, como é feito.

No momento da vistoria da carga pelos agentes, os mesmos sequer tiram a carga do caminhão para verificar quais espécies de madeira encontram e se a classificação delas está de acordo com o apresentado na guia florestal, eles apenas fazem uma verificação rápida a olho nu. Caso o agente acredite que a carga não esteja de acordo com o informado na guia florestal, ele emite um Auto de Infração e um Termo de Apreensão. O caminhão é levado para o pátio do INDEA e lá será confeccionado o laudo técnico.

O Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – INDEA, presta serviço de identificação de madeira extraída no território mato-grossense e segundo ele, são usados dois métodos de identificação, a macroscópica e microscópica:

Há dois métodos de identificação que utilizamos: macroscópica e microscópica.

²⁵SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. *Laboratório de Produtos Florestais*: Banco de dados de madeiras brasileiras. Disponível em: <http://sistemas.florestal.gov.br/madeirasdobrasil/caracteristicas.php?ID=19&caracteristica=204>. Acesso em 08/04/2016.

1- A identificação macroscópica é um método rápido e seguro, o qual permite a identificação da maioria das madeiras comerciais, sendo esta realizada através de uma Lupa tipo conta - fios (10X de aumento) e faca ou estilete para polimento, fazendo-se observações das estruturas anatômicas tais como: Raio, Vasos, Parênquima de crescimento. ETC...

2- A identificação microscópica é um processo mais demorado, executada no Laboratório de Tecnologia da Madeira – LTM, onde se confecciona uma lâmina histológica e observa-se minuciosamente a estrutura microscópica da madeira e compara-se com a coleção de lâminas já existente no LTM.²⁶

Segundo o Manual de identificação das principais madeiras comerciais brasileiras, do Instituto de pesquisas tecnológicas do Estado de São Paulo, cada madeira apresenta uma estrutura anatômica característica, por apresentar elementos celulares lignificados, de natureza e aspecto diversificado. Conforme a disposição que esses elementos celulares assumem na madeira e que se mantem constante e típica para cada espécie, é possível chegar-se à identificação da árvore que gerou a madeira, seja pela comparação com outras amostras previamente conhecidas ou pela observação da configuração anatômica peculiar a cada espécie lenhosa.

O confronto direto com amostras de madeiras provenientes de árvores identificadas através de material botânico é, indiscutivelmente, um processo de identificação rápido e eficaz. Entretanto, torna-se muito difícil obter padrões lenhosos de todas as espécies arbóreas existentes. Na sua falta, chaves de identificação podem servir eficientemente.

Para identificar uma amostra da madeira devem-se considerar, inicialmente, certas propriedades marcantes e seletivas e de grande valor prático, tais como cheiro, sabor, gosto, massa, a fim de se conseguir uma primeira seleção. Em seguida torna-se necessária a observação macroscópica da estrutura lenhosa, com auxílio de uma chave de identificação.

Inicialmente, deve-se observar a madeira com a vista desarmada a fim de se verificar a disposição do parênquima, poros e raios.

O exame macroscópico é realizado a seguir com auxílio de lupa com foco fixo, do tipo conta-fios, de 10 aumentos, nas superfícies e topo e longitudinais tangencial e radial, previamente polidas com navalha apropriada.

²⁶INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO. *Identificação e cubagem de madeiras*. Disponível em: <http://www.indea.mt.gov.br/anatomia-identificacao-e-cubagem-de-madeira/>. Acesso em 11/04/2016.

A lupa deve ser colocada em contato com a superfície em exame, procurando-se sempre a posição que propicie maior iluminação sobre o campo visual. No caso de utilizar-se lupa sem foco fixo, deve-se procurar o foco com a lupa próxima ao olho e a iluminação orientada como o exposto acima. Ocasionalmente, o umedecimento da madeira com água contribui para maior contraste e melhor observação dos tecidos lenhosos.

A interposição da escala de celuloide entre a base da lupa e a madeira possibilita ao observador a avaliação do diâmetro e frequência dos elementos celulares.²⁷

Já na identificação microscópica são observadas as características dos tecidos e das células constituintes do lenho, que não são distintas sem o uso de microscópio, tais como os tipos de pontuações, ornamentações da parede celular, composição celular dos raios, dimensões celulares, presença de cristais, entre outras.

O uso de um processo ou outro, ou o uso simultâneo, depende da habilidade e treinamento do observador. Porém, para ambos tipos de identificação, é de fundamental importância que o observador disponha de uma coleção de madeiras, cujos exemplares sejam rastreáveis às amostras-padrão disponíveis em laboratórios especializados. Nestes, na medida do possível, as amostras devem provir de árvores identificadas botanicamente (com rastreabilidade) ou, ao menos, que tenham sido identificadas anatomicamente por um laboratório idôneo.

A multiplicidade de espécies existentes faz da identificação anatômica de madeiras uma tarefa relativamente complicada. Na tentativa de diminuir as dificuldades, os anatomistas de madeira procuraram desenvolver métodos auxiliares como a publicação de manuais ilustrados, as chaves dicotômicas, os cartões-perfurados e os bancos de dados eletrônicos.

Além dos estudos anatômicos do lenho, alguns trabalhos têm demonstrado a utilidade do estudo anatômico da casca na identificação de árvores e de madeiras.

Existem também alguns métodos não anatômicos que podem auxiliar na identificação de madeiras como a fluorescência do extrato aquoso ou etílico,

²⁷INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Manual de identificação das principais madeiras comerciais brasileiras*. São Paulo: 1983, p. 11

testes com cromoazurol e de saponina, e a espectroscopia do infravermelho próximo.²⁸

Apesar do INDEA afirmar que utiliza estes dois tipos de métodos para identificação da madeira, não existe nada em seus laudos técnicos que indiquem a utilização dos mesmos, inclusive, estes laudos, apesar de denominados técnicos, são bem vagos e imprecisos, e como se verifica na explicação acima, estes processos de identificação são complexos.

Sendo assim, em caso de divergência de informações, o certo, para se saber de fato quais são as espécies transportadas, seria recolher amostras da carga para serem analisadas em laboratório, uma vez que o seu exame anatômico representa o único meio seguro para identificá-las.

2.2 DIVERGÊNCIA DE VOLUMETRIA

O Decreto nº 1.375, de 3 de junho de 2008, que regulamenta o artigo 4º, inciso II, e o artigo 62, inciso IV, da Lei Complementar nº 233, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso e dá outras providências, estabelece as formas de medição dos produtos de origem florestal:

Art. 6º A medição de madeira serrada para a obtenção do volume é obtida pela multiplicação de três grandezas, sempre respeitando o princípio matemático de se multiplicar grandezas iguais, observada a seguinte fórmula:

$$V = E * L * C$$

Onde:

V = volume;

E = espessura;

L = largura; e

C = comprimento.

Art. 7º É necessário que diversas peças tenham suas medidas aferidas para efeito de determinação de uma média da espessura. A intensidade amostral será, no mínimo, o equivalente a 30% (trinta por cento) do número de lastros. A disposição da madeira no pátio de estocagem pode estar empacotada ou gradeada.

§ 1º A madeira empacotada deverá estar contida em pacotes de peças com as mesmas dimensões, de forma a tornar mais fácil o processo de medições sucessivas para aferição do estoque. A medição do volume do pacote observará as seguintes fórmulas:

²⁸INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Identificação macroscópica de madeiras*. São Paulo: 2007, p. 3.

$$VP = V * N \quad V = E * L * C$$

Sendo:

VP = volume do pacote;
V = volume da peça;
N = número de peças;
E = espessura;
L = largura; e
C = comprimento.

§ 2º A madeira gradeada deve estar contida em grades de peças com as mesmas dimensões de espessura e comprimento, separadas por tabiques para tornar mais fácil o processo de medições sucessivas e aferição do estoque. Para se obter o volume da grade (*VG*) deverão ser observadas as seguintes fórmulas:

$$VG = V * N * LT$$

$$V = E * L * C$$

Onde:

VG = volume da grade;
V = volume da peça;
N = número de peças por lastro;
LT = número de lastros;
E = espessura;
L = largura; e
C = comprimento.

§ 3º No mesmo lastro de madeira as peças poderão estar juntas lateralmente ou separadas para facilitar ainda mais a secagem. Se as peças estiverem separadas lateralmente, deverão ter, necessariamente, a mesma largura. Se as peças estiverem unidas lateralmente formando um lastro sólido, podem ter larguras diferentes, desde que os lastros formados tenham a mesma largura, ou seja, que a somatória das larguras das peças que compoñham o lastro seja igual para todos. Neste caso, para se obter o volume da grade deverão ser observadas as seguintes fórmulas:

$$VG = VL * LT$$

$$VL = E * L * C$$

Onde:

G = volume da grade;
VL = volume do lastro;
LT = número de lastros;

VL = volume do lastro;
E = espessura;
L = largura total do lastro;
C = comprimento.

§ 4º Deve-se evitar a estocagem de madeiras empacotadas com comprimentos e larguras diversas.

Art. 8º Se os pacotes ou grades de madeira estiverem com comprimentos e larguras diversas, a empresa deverá possuir em seus arquivos os respectivos romaneios, apresentando-os à fiscalização da SEMA-MT quando solicitados.

Art. 9º Como forma de padronização, serão eleitos, aleatoriamente, um mínimo de 10% (dez por cento) dos pacotes ou grades existentes na empresa, para a conferência por intermédio do romaneio.

§ 1º Em não existindo divergência numérica ou de especificação do produto, presumem-se que os dados constantes nos demais romaneios estão corretos, ficando dispensada a sua conferência individual, a critério da fiscalização.

§ 2º Em existindo divergências com relação às medidas, à espécie indicada ou ao tipo de produto, todos os pacotes terão de ser conferidos, não se admitindo autuação por amostragem ou por presunção.²⁹

No momento da vistoria e confecção do laudo técnico, o agente competente é obrigado a seguir estas formas de medição especificadas no decreto acima. O que ocorre na realidade é uma vistoria feita a olho nu, inclusive a noite. Caso o agente acredite que a carga não esteja de acordo com o informado na guia florestal, assim como no caso de divergência de espécies, ele emite um Auto de Infração e um Termo de Apreensão. O caminhão é levado para o pátio do INDEA e lá será confeccionado o laudo técnico.

Para que as medidas e os cálculos estejam corretos, o agente precisa descarregar o caminhão, separar as espécies de madeira e medi-las conforme determinação do decreto citado, porém, na realidade não é o que ocorre, pois os laudos são muito imprecisos, não vem comprovação nenhuma de que no momento da vistoria e confecção do laudo o agente seguiu as formas de medição previstas no Decreto nº 1.375.

Como atualmente o carregamento do caminhão no pátio das madeiras é feito com empilhadeira, a madeira é gradeada e separada por tabiques, conforme artigo 7º, § 2º, acima transcrito, e é, inclusive, possível que o volume do tabique presente na carga não seja desconsiderado, já que muitas vezes no laudo vem descrito que foi encontrado um volume de madeira não identificada, gerando uma diferença mínima entre o volume apresentado na guia florestal e o apresentado no laudo técnico. Outra possibilidade que justifique esta divergência mínima é a diferença na modalidade de medição.

²⁹BRASIL, Decreto Estadual nº 1.375, de 03 de junho de 2008. Disciplina a utilização, o preenchimento e a emissão da Guia Florestal (GF) para o transporte de produtos e/ou subprodutos de origem florestal do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. **Governo do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, M.T., 2006. Disponível em: <http://www.sefaz.mt.gov.br/>. Acesso em: 04/042016.

Vejamos o julgamento do Recurso de Apelação Criminal nº 300/2014, tendo como Relato do Dr. Marcelo Sebastião Prado de Moraes, como exemplo de caso de divergência mínima na volumetria:

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME DO ARTIGO 46, § ÚNICO DA LEI 9605/98 – INOCORRÊNCIA – RECURSO PROVIDO PARA A ABSOLVIÇÃO DOS APELANTES.

Se na nota fiscal e na guia de transporte de madeira estiverem corretos os nomes populares, havendo a divergência somente em relação ao nome científico, com clara demonstração de confusão pela própria nomenclatura legal existentes nos diversos ordenamentos jurídicos, simples erro material a ser reconhecido, não se aperfeiçoando o crime apontado.

No que tange à pequena diferença detectada na nota e no transporte efetivo, provável ocorrência de diferença na modalidade de medição, quantidade a ser desprezada, pouco mais de ½ m³.

Recursos conhecidos e providos para a absolvição dos apelantes.

(...)

Voto

(...)

Verifica-se ainda que, a Guia de Transporte Florestal autorizava o transporte de 29,9277 m³ e a apreensão detectou a presença de 30,4335 m³, com diferença ínfima de 0,5058 m³, diferença esta que deve ser desprezada para o direito penal, pois, como são pranchas transportadas sobrepostas e com intervalos uma da outra, demonstra-se que, a diferença poderia estar exatamente nessa forma de medir, fato que tem sido observado diariamente nos demais processos.

Calha ainda a informação que existe precedente desta mesma Turma Recursal Tratando do mesmo assunto, nas apelações criminais: 2017/2012 (Relator: Dr. Hildebrando da Costa Marques), 1189/2012 (Dr. Valmir Alécio dos Santos) e ainda no Tribunal de Justiça deste Estado no Agravo de Instrumento 06983/2008 (Relator: Des. Antonio Bitar Filho).

Portanto, não evidenciada de forma segura a materialidade da conduta delituosa é caso de absolvição, aplicando-se o princípio do in dubio pro reo, sob pena de uma condenação sem a devida certeza continuar a vigorar no mundo jurídico.³⁰

Nestes casos de divergência mínima, verifica-se que não existe prejuízo ao meio ambiente, sendo, portanto, preciso aplicar o princípio da insignificância.

Segundo o Supremo Tribunal Federal, o princípio da insignificância é:

Descrição do Verbete: o princípio da insignificância tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, ou seja, não considera o ato praticado como um crime, por isso, sua aplicação resulta na absolvição do réu e não apenas na diminuição e substituição da pena ou não sua aplicação. Para ser utilizado, faz-se necessária a presença de certos requisitos, tais como: (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada (exemplo: o furto de algo de baixo valor). Sua aplicação decorre no sentido de que o direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado cujo desvalor - por não importar em lesão

³⁰ MATO GROSSO. Tribunal de Justiça. Recurso de Recurso de Apelação Criminal nº 300/2014. Relator: desembargador Marcelo Sebastião Prado de Moraes. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/>. Acesso em: 04/04/2016.

*significativa a bens jurídicos relevantes - não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social.*³¹

A jurisprudência pátria já enfrentou o tema e entendeu pela aplicabilidade do princípio da insignificância, como se deu no julgamento do Habeas Corpus Nº 86.913 – PR, que teve como Relator o Ministro Arnaldo Esteves Lima, conforme Ementa:

HABEAS CORPUS. PENAL. CRIME AMBIENTAL. ART. 34 DA LEI 9.605/98. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE TIPICIDADE MATERIAL. TEORIA CONSTITUCIONALISTA DO DELITO. INEXPRESSIVA LESÃO AO BEM JURÍDICO TUTELADO. ORDEM CONCEDIDA.

- 1. O princípio da insignificância surge como instrumento de interpretação restritiva do tipo penal que, de acordo com a dogmática moderna, não deve ser considerado apenas em seu aspecto formal, de subsunção do fato à norma, mas, primordialmente, em seu conteúdo material, de cunho valorativo, no sentido da sua efetiva lesividade ao bem jurídico tutelado pela norma penal, consagrando os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima.*
- 2. Indiscutível a sua relevância, na medida em que exclui da incidência da norma penal aquelas condutas cujo desvalor da ação e/ou do resultado (dependendo do tipo de injusto a ser considerado) impliquem uma ínfima afetação ao bem jurídico.*
- 3. A conduta dos pacientes, embora se subsuma à definição jurídica do crime ambiental e se amolde à tipicidade subjetiva, uma vez que presente o dolo, não ultrapassa a análise da tipicidade material, mostrando-se desproporcional a imposição de pena privativa de liberdade, uma vez que a ofensividade da conduta se mostrou mínima; não houve nenhuma periculosidade social da ação; a reprovabilidade do comportamento foi de grau reduzidíssimo e a lesão ao bem jurídico se revelou inexpressiva.*
- 4. Ordem concedida para determinar a extinção da ação penal instaurada contra os pacientes. Em consequência, torno sem efeito o termo de proposta e aceitação da suspensão condicional do processo, homologado pelo Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca de Londrina/PR.*

Do voto destacamos o seguinte:

A moderna doutrina (Teoria Constitucionalista do Delito) desmembra a tipicidade penal, necessária à caracterização do fato típico, em três aspectos: o formal ou objetivo, o subjetivo e o material ou normativo.

A tipicidade formal consiste na perfeita subsunção da conduta do agente ao tipo (abstrato) previsto na lei penal, possuindo como elementos: a conduta humana voluntária, o resultado jurídico, o nexo de causalidade e a adequação formal.

O aspecto subjetivo do fato típico expressa o caráter psicológico do agente, consistente no dolo.

A tipicidade material, por sua vez, implica a verificação se a conduta – subjetiva e formalmente típica – possui relevância penal, em face da significância da lesão provocada no bem jurídico tutelado, observando-se o desvalor da conduta, o nexo de imputação e o desvalor do resultado, do qual se exige ser real, transcendental, intolerável e grave (significante).

Nesse contexto, o princípio da insignificância, cuja análise deve ser feita à luz dos postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima, tem assento exatamente na análise da tipicidade material e implica, caso acolhido, a atipicidade da conduta. Na lição de CEZAR ROBERTO BITENCOURT, "é imperativa uma efetiva proporcionalidade entre a gravidade da conduta que se pretende punir e a drasticidade da intervenção estatal" ("Código Penal Comentado", 3ª edição atualizada, São Paulo, Editora Saraiva, 2005, p. 6).

Dois são as hipóteses de insignificância: a insignificância da conduta (aceitação social) e a insignificância do resultado (lesão relevante). Ensina o Professor Luiz Flávio Gomes:

No delito de arremesso de projétil (CP, art. 264: "Arremessar projétil contra veículo, em movimento, destinado ao transporte público por terra, por água ou pelo ar: pena – detenção de 1 a 6 meses"), quem arremessa contra um ônibus em movimento um bolinha de papel pratica uma conduta absolutamente insignificante; no delito de inundação (CP, art. 254: "Causar inundação, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem: pena – reclusão de 3 a 6 anos, no caso de dolo, ou detenção de 6 meses a 2 anos, no caso de culpa"), quem joga um copo d'água numa represa de 10 milhões de litros de água pratica uma conduta absolutamente insignificante.

Nessas hipóteses, o risco criado (absolutamente insignificante) não pode ser imputado à conduta (teoria da imputação objetiva em conjugação com o princípio da insignificância). Estamos diante de fatos atípicos.

No delito de furto (CP, art. 155), quem subtrai uma cebola e uma cabeça de alho, que totaliza R\$ 4,00, pratica uma conduta relevante (há desvalor da ação) mas o resultado jurídico (a lesão) é absolutamente insignificante (não há desvalor do resultado). Também nessa hipótese o fato é atípico. Não há incidência do Direito penal. (GOMES, Luiz Flávio. *Prisão por furto de uma cebola/Jus Navigandi*, Teresina, ano 6, n. 58, ago. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3068>>. Acesso em: 31/1/08)

Significa dizer que a intervenção do direito penal apenas se justifica quando o bem jurídico tutelado tenha sido exposto a um dano impregnado de significativa lesividade. Não havendo, outrossim, a tipicidade material, mas apenas a formal, a conduta não possui relevância jurídica, afastando-se, por consequência, a intervenção da tutela penal, em face do postulado da intervenção mínima.

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC 84.412/SP, da relatoria do Ministro CELSO DE MELLO, concluiu, para a incidência do princípio da insignificância, serem necessários quatro vetores, a saber: a) a mínima ofensividade da conduta do agente, b) nenhuma periculosidade social da ação, c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada. Segundo o relator, "O direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado, cujo desvalor - por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes - não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social" (HC 84.412/SP, DJ de 19/11/04).

No caso posto em análise, tenho como impositiva a aplicação do princípio da insignificância.

Trata-se de delito tipificado no art. 34 da Lei dos Crimes Ambientais – 9.605/98 –, que estatui, *in verbis*:

Art. 34. Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente:

Pena - detenção de um ano a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

A conduta dos pacientes, embora se subsuma à definição jurídica do crime ambiental e se amolde à tipicidade subjetiva, uma vez que presente o dolo, não ultrapassa a análise da tipicidade material, mostrando-se desproporcional a imposição de pena privativa de liberdade, uma vez que, embora existente o desvalor da ação – por ter praticado uma conduta relevante –, o resultado jurídico, ou seja, a lesão, é absolutamente irrelevante. É dizer, nos termos do voto proferido pelo Ministro CELSO DE MELLO, a lesão ao bem jurídico se revelou inexpressiva.

Ademais, como asseverou o Subprocurador-Geral da República, "realmente, a pesca, nos moldes como praticada, com varas rústicas de bambu, linha e anzol, bem como a quantidade de peixe apreendida, apenas 3, de uma espécie que está não ameaçada de extinção (traíra), não tem o condão de causar lesividade ao bem jurídico tutelado, qual seja, o meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, caput, da CF)" (fls. 132/133).

*Dessa forma, resta prejudicada a análise do pleito de inépcia da denúncia. Ante o exposto, **concedo** a ordem impetrada para determinar a extinção da ação penal instaurada contra os pacientes. Em consequência, torno sem efeito o termo de proposta e aceitação da suspensão condicional do processo, homologado pelo Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca de Londrina/PR.*

*É como voto.*³²

³²BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus Nº 86.913 – PR. Relator: ministro Arnaldo Esteves Lima. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/>. Acesso em: 04/04/2016.

CAPÍTULO III

RESPONSABILIZAÇÃO NO TRANSPORTE DE PRODUTOS FLORESTAIS NOS CASOS DE DIVERGÊNCIA NO PREENCHIMENTO DA GUIA FLORESTAL

Nos casos de divergência no preenchimento da guia florestal, transporte de madeira será considerado ilegal e o órgão ambiental aplicará sanções ao responsável pela infração. Nesta análise examinar-se-á apenas a responsabilização administrativa, uma vez que o preenchimento incorreto da Guia Florestal não configura crime, mas tão somente ilícito administrativo.

3.1 RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O doutrinador Edis Milaré faz as seguintes considerações em referência às sanções administrativas:

*Ao contrário das sanções civis e penais, só aplicáveis pelo Poder Judiciário, as penalidades administrativas são impostas aos infratores pelos próprios órgãos da administração direta ou indireta da União, dos Estados e dos Municípios.*³³

A aplicação de sanções administrativas figura entre as mais importantes expressões do poder de polícia, que se materializa através de penalidades administrativas previstas abstratamente em lei e aplicadas concretamente por agentes do Poder Público credenciados.

A aplicação de sanções administrativas pauta-se pelo princípio da legalidade, posto que tanto a conduta infracional como a correspondente sanção reclamam expressa previsão legal certo que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, de acordo com a redação do artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal.³⁴

³³MILARÉ, Edis. *Direito do Ambiente*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 373.

³⁴BRASIL, *Constituição Federal*. Presidência da República, Brasília, D.F., 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/042016.

Quanto à aplicabilidade das sanções administrativas no âmbito do Direito Ambiental, temos que:

*A aplicabilidade das sanções ambientais deve obedecer ao princípio da legalidade e da proporcionalidade. Há necessidade de que a sanção esteja prevista em lei, sendo vedada a instituição de punição particulares via decretos e regulamentos inferiores. A intensidade da sanção deve ser estritamente necessária para coibir a violação e restaurar o interesse público ofendido. Mesmo nas hipóteses em que se dê alguma margem de decisão ao agente administrativo, este deve manter o equilíbrio entre o ilícito praticado e a força da sanção utilizada.*³⁵

Na visão de Toshio Mukai, assim são as sanções administrativas:

*As medidas punitivas são os meios coercitivos. Tais medidas iniciam-se pela multa e vão aumentando de rigor, como com a interdição de atividade, fechamento de estabelecimento, demolição de construção, embargo administrativo de obra, destruição de objetos, inutilização de gêneros, proibição de fabricação ou comércio de produtos nocivos, vedação de localização de indústria ou comércio em determinada área, retenção de veículos, apreensão de carta de habilitação, etc.*³⁶

Na esfera federal, as infrações administrativas ambientais encontram respaldo, basicamente, na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 preencheu importante lacuna no que se refere aos ilícitos administrativos e à previsão de sanções a serem impostas pela Administração Pública nestas hipóteses, bem como à previsão de sanções penais. Estas sanções são extremamente importantes para a preservação ambiental, na medida em que sem elas retira-se a eficácia do exercício do poder de polícia, fundamental para a prevenção e a imediata repressão aos infratores.

As sanções administrativas encontram-se disciplinadas no artigo 70 desta lei:

Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitânicas dos Portos, do Ministério da Marinha.

³⁵FREIRE, Willian. *Direito ambiental brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: AIDE, 2000, p. 99.

³⁶MUKAI, Toshio. *Direito administrativo sistematizado*. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 99.

§ 2º Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades relacionadas no parágrafo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 3º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

§ 4º As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei.³⁷

O artigo 2º da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, contempla a pluralidade de autores, todos igualmente responsáveis pelo delito de natureza culposa. Ele diz respeito tanto a participação omissiva como comissiva nos crimes contra o meio ambiente:

*Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.*³⁸

Significa, portanto, que existe a coautoria, na medida de cada culpabilidade. A coautoria difere da cumplicidade, uma vez que os coautores constituem os agentes principais, enquanto os cúmplices configuram os agentes secundários.

A coautoria dos crimes previstos nesta lei alcança, inclusive, o diretor, o administrador, o membro do conselho e do órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica que, cientes da conduta criminosa de outrem, nada tenham feito para impedir a sua prática, desde que pudessem agir, de alguma forma, para evitá-la. Considerando que só se pode imputar como criminosa a omissão de quem possua o dever de evitar o crime, infere-se que a norma positivada atribui a esses agentes tal dever.³⁹

³⁷BRASIL, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, D.F., 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/042016.

³⁸Ibdem

³⁹BITTENCOURT, Sidney. **Comentários à lei de crimes ambientais contra o meio ambiente e suas sanções administrativas**. 3ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 35 a 37.

O artigo 3º prevê a responsabilização penal das pessoas jurídicas no caso de a infração vir a ser cometida por decisão do responsável legal ou contratual da pessoa jurídica:

*Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.*⁴⁰

Nos casos de transporte de produtos florestais, o responsável pela madeireira, que assina a guia florestal, responde em coautoria com a empresa, quando a legislação for infringida.

O artigo 6º da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, quando se refere a autoridade competente, quer dizer não só o magistrado como também à autoridade administrativa, a qual a norma atribui competência para aplicar sanções administrativas, já que, além de tratar de crimes ambientais, também faz referência a infrações administrativas:

Art. 6º Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:
I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente;
II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;
*III - a situação econômica do infrator, no caso de multa.*⁴¹

Este artigo delimita critérios para a imposição de penalidades de forma justa e proporcional.

No caso de transporte de produtos florestais, é considerado crime contra a flora:

Art. 46. Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem

⁴⁰ BRASIL, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, D.F., 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/042016.

⁴¹ Ibidem

*vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.*⁴²

Quando verificada a infração descrita acima, estes produtos serão apreendidos e será lavrado auto de infração, auto de inspeção e termo de apreensão.

Art. 25. Verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

*§ 3º Tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.*⁴³

No caso de apreensão de madeira, como é produto perecível, a carga será doada a instituições.

Já o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, por sua vez, dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. No caso de divergência das informações apresentadas na guia florestal em relação a conclusão do agente fiscalizador na vistoria, será aplicada multa prevista no artigo 47 deste decreto:

Art. 47. Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira serrada ou em tora, lenha, carvão ou outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento:

Multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) por unidade, estéreo, quilo, mdc ou metro cúbico aferido pelo método geométrico.

§ 1º Incorre nas mesmas multas quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão ou outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente ou em desacordo com a obtida.

§ 2º Considera-se licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento aquela cuja autenticidade seja confirmada pelos sistemas de controle eletrônico oficiais, inclusive no que diz respeito à quantidade e espécie autorizada para transporte e armazenamento.

§ 3º Nas infrações de transporte, caso a quantidade ou espécie constatada no ato fiscalizatório esteja em desacordo com o autorizado pela autoridade ambiental competente, o agente autuante promoverá a autuação considerando a totalidade do objeto da fiscalização.

⁴² *Ibidem.*

⁴³ BRASIL, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, D.F., 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/042016.

§ 4º Para as demais infrações previstas neste artigo, o agente autuante promoverá a autuação considerando o volume integral de madeira, lenha, carvão ou outros produtos de origem vegetal que não guarde correspondência com aquele autorizado pela autoridade ambiental competente, em razão da quantidade ou espécie.⁴⁴

3.2 JURISPRUDÊNCIA

Há farta jurisprudências acerca do tema, abordando a responsabilização no transporte de produtos florestais nos casos de divergência no preenchimento da guia florestal.

Como exemplo de divergência na nomenclatura científica, vejamos MANDADO DE SEGURANÇA Nº 38723/2009, da Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas, do Estado de Mato Grosso, tendo como relator a Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas:

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL - PRELIMINAR – ILEGITIMIDADE PASSIVA - REJEITADA - APREENSÃO DE MADEIRA – DIVERGÊNCIA DE NOMENCLATURA - ILEGALIDADE – ORDEM CONCEDIDA.

A empresa cadastrada no CC-SEMA não pode ser responsabilizada pela divergência na nomenclatura de espécie madeireira, uma vez que, apresentou projeto ao órgão ambiental e este efetuou a liberação de crédito com espécie diferente.

Trecho do Voto:

Como visto do relato, o Impetrante busca por meio do mandamus atacar atitude da autoridade coatora, que determinou a apreensão de 8.149 m³ de madeira cerrada, por divergência de nomenclatura, conforme Portaria nº 25/2008.

Da análise dos autos, constato que a Impetrante é empresa idônea e possui situação cadastral regularizada junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, de acordo com os documentos de fls. 51 a 53.

Percebe-se que a Impetrante possui saldo junto à SEMA para o transporte de várias espécies de madeira, dentre elas, a denominada Cedrela SP (Cedro do Amazonas), crédito este aprovado e liberado pelo referido órgão ambiental, com base no projeto apresentado pela Impetrante.

No entanto, a fiscalização estadual afirma que a espécie transportada pela empresa Autora é a denominada Cedrelinga Cateniformis (Cedro Amazonense), e não a Cedrela SP (Cedro do Amazonas), para a qual tinha autorização.

Percebe-se que a diferença na nomenclatura das espécies é muito tênue, posto que, as denominações Cedro do Amazonas e Cedro Amazonense chegam induzir à conclusão de que se tratam da mesma espécie.

Assim, se a SEMA aprovou o projeto apresentado pela Impetrante e em decorrência dessa aprovação foi liberado um crédito para o transporte do Cedro do Amazonas, o equívoco foi perpetrado pelo Órgão Ambiental posto que, é o responsável pela liberação do nome no sistema.

⁴⁴BRASIL, Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, D.F., 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/04/2016.

A divergência na nomenclatura das espécies já ensejou tantos problemas que foi motivo da edição da Portaria nº. 25 de 19 de fevereiro de 2008, que assim dispõe:

“Art. 1º - Os empreendimentos cadastrados no CC-SEMA que apresentarem, no ato de fiscalização, divergência na identificação botânica das espécies relacionadas no parágrafo único deste artigo deverão solicitar a troca de nomenclatura científica mediante apresentação, via de protocolo, do certificado de identificação de madeira - CIM expedido pelo INDEA junto a esta Secretaria, atestando tratar-se da divergência de identificação das espécies citadas relacionadas”

No mesmo sentido, o Decreto nº 1472 unificou as nomenclaturas das espécies de madeira para identificação, classificação, tributação e fiscalização pelos órgãos ambientais e pela Fazenda Estadual.

O artigo 3º do referido Decreto estabelece que:

“As empresas cadastradas no Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais CC-SEMA que adquirirem madeira com nomenclaturas botânicas, em desacordo com o estabelecido neste decreto, deverá requerer a adequação através do Laudo de Identificação de Madeira, expedido pelo INDEA, em conformidade com o parágrafo único do artigo 2º.”

Esta Corte tem decidido no sentido de reconhecer a ilegalidade na manutenção da apreensão de madeiras em situações semelhantes a do presente mandamus, como pode ser aferido nas liminares deferidas nos Mandados de Segurança nºs. 85.165/2008, 99627/2008, 101172/2008.

Assim, tenho que, a documentação exigida para o transporte da madeira apreendida estava de acordo com as exigências legais, motivo pelo qual, a Impetrante não pode ser responsabilizada pela divergência na nomenclatura da espécie de madeira, uma vez que, foi o próprio órgão ambiental quem liberou o projeto apresentado e inseriu o nome no sistema, portanto, a liberação da carga é medida que se impõe.

Pelo exposto, confirmo a liminar e **concedo a ordem**.

É como voto. ⁴⁵

No presente caso, a madeira foi apreendida, porque na guia florestal constava que a madeira que estava sendo transportada era *Cedrela SP* (Cedro do Amazonas), cujo crédito foi aprovado e liberado pela SEMA, conforme projeto de manejo apresentado pela madeireira, e o agente fiscalizador identificou a carga como sendo *Cedrelinga Cateniformis* (Cedro Amazonense). Como foi dito no voto deste Mandado de Segurança, percebe-se facilmente que Cedro do Amazonas e Cedro Amazonense é praticamente o mesmo nome, indicando a mesma essência. Além disso, o projeto de manejo foi aprovado pelo próprio órgão ambiental, responsável pela liberação do nome no sistema, ou seja, não se pode afirmar que a madeireira cometeu ato ilegal e nem responsabiliza-la se houver alguma divergência, pois o equívoco é da SEMA.

⁴⁵MATO GROSSO. Tribunal de Justiça. Mandado de Segurança nº 38723/2009. Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas. Relatora: desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/>. Acesso em: 16/04/2016.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 10605/2009, da Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas, do Estado de Mato Grosso, tendo como relator o Desembargador Donato Fortunato Ojeda:

EMENTA

APREENSÃO DE MADEIRA - IRREGULARIDADE DA GUIA FLORESTAL – MERO ERRO MATERIAL – DIVERGÊNCIA NO NOME CIENTÍFICO - ILICITUDE DA RETENÇÃO – SEGURANÇA CONCEDIDA.

01. Havendo erro material no preenchimento da Guia Florestal, as autoridades fiscais devem viabilizar a substituição do documento. A apreensão da carga justifica-se somente após a apuração da simulação, dolo ou fraude no preenchimento da GF, conforme artigo 32 do Decreto Estadual nº 8.189/2006.

02. Diante da inexistência de má-fé, tem-se que a dissonância entre o nome científico apresentado na Guia e aquele afirmado pelos fiscais é mero erro material, uma vez que ausente qualquer vantagem econômica, fato que torna imperiosa a concessão da ordem.

VOTO (MÉRITO)

EXMO. SR. DES. DONATO FORTUNATO OJEDA (RELATOR)

Egrégia Turma:

Com efeito, observa-se que a questão conflituosa reside na divergência do nome científico da espécie florestal constante da guia, conforme constatado pelos técnicos do INDEA.

Ocorre que não houve irregularidade nos documentos apresentados pela impetrante, evidenciando-se mero erro material, pois esta não deixou de declinar na Guia Florestal a espécie transportada, havendo apenas dissonância com relação à nomenclatura científica apresentada, uma vez que a Delegacia Especializada do Meio Ambiente afirma que o Cambará transportado é da essência *Qualea SP*, em divergência com a Guia Florestal. Por conta disso, houve retenção da carga transportada por discrepância assim o caminhão por divergência de nomenclatura, conforme se observa à fl. 22-TJ.

Importa ressaltar que a SEMA disponibiliza em seu sítio na internet o nome da essência a ser transportada, tanto o nome vulgar como o científico, conforme prescreve o artigo 10, VI e VII do Decreto Estadual nº 8189/2006:

“Art. 10 - A GF será disponibilizada no site da SEMA contendo os seguintes itens: (...) VI - nome da essência a ser transportada: (científico e vulgar); VII - volume do produto e/ou subproduto a ser transportado e seus valores; (...).” (g.n.)

Neste sentido, a jurisprudência desta Egrégia Corte, in litteris:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO – APREENSÃO DE MADEIRA – IRREGULARIDADE DA GUIA FLORESTAL - MERO ERRO MATERIAL – DIVERGÊNCIA NO NOME CIENTÍFICO – ILICITUDE DA RETENÇÃO – LAUDO TÉCNICO DO INDEA QUE COMPROVA A EXATIDÃO DA CARGA TRANSPORTADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Nos termos do artigo 32 do Decreto Estadual nº 8.189/2006, havendo erro material no preenchimento da Guia Florestal (GF), é viável a substituição do documento, inexistindo justificativa para retenção da madeira, principalmente ante a inexistência de dolo, fraude ou simulação no preenchimento da GF”. (2ª Câmara Cível, Des. Rel. A. Bitar Filho, RAI 106983/2008, j. 11-3-2009).

Neste âmbito verifica-se a ausência de má-fé do impetrante, porquanto mero erro material no preenchimento de autorização para transporte de produtos florestais de nomes populares, como é caso da espécie Cambará, não constitui ilícito ambiental.

Constatado, pois, erro material no preenchimento da Guia Florestal, as autoridades fiscais devem viabilizar a substituição do documento. A apreensão da carga justifica-se somente após a apuração da simulação, dolo ou fraude no preenchimento da GF, conforme artigo 32 do Decreto Estadual nº 8.189/2006.

De suma importância ressaltar que, diante dos diversos nomes vulgares e científicos de madeiras nativas do Estado de Mato Grosso, foi necessária a uniformização das nomenclaturas das espécies florestais para fins de identificação, classificação, tributação

e fiscalização pelas entidades responsáveis, necessidade esta atendida pelo Decreto nº 1.472/2008, posterior à Portaria 025/2008, mencionada pela autoridade coatora.

O art. 1º, do aludido Decreto mencionado prescreve que: "Identificações das essências florestais no Estado de Mato Grosso, será em nível de Gênero e Espécie, conforme anexo I e II deste Decreto".

Em resumo, diante da inexistência de má-fé, tem-se que a dissonância entre o nome científico apresentado na Guia e aquele afirmado pelos fiscais é mero erro material, uma vez que ausente qualquer vantagem econômica. Logo, a concessão da ordem é medida que se impõe.

Ante o exposto e em dissonância com o parecer ministerial, CONCEDO A SEGURANÇA PLEITEADA, RATIFICANDO A DECISÃO DE FLS. 107/108.

Sem custas.

É o voto.⁴⁶

Na situação apresentada, a carga e o caminhão foram apreendidos por divergência da nomenclatura científica. Verificou-se que houve mero erro material, sem existência de má-fé, uma vez que a essência transportada foi identificada na guia florestal, havendo apenas dissonância com relação a nomenclatura científica, o órgão fiscalizador entendeu que o Cambará transportado era *Qualea Sp*, diferente do que consta na guia florestal. Ficou constatado ainda que nos casos de erro material, as autoridades fiscais devem viabilizar a substituição do documento e não podem apreender a carga, como normalmente fazem, uma vez que a apreensão só é devida após a apuração da simulação, dolo ou fraude no preenchimento da guia florestal.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 131551/2008, da Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas, do Estado de Mato Grosso, tendo como relator o Desembargador Evandro Stábile:

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR - PRELIMINARES – ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - CARÊNCIA DA AÇÃO - REJEITADAS - APREENSÃO

DE MADEIRA - IRREGULARIDADE DA GUIA FLORESTAL - MERO ERRO MATERIAL - EQUÍVOCO DO NOME CIENTÍFICO DA ESPÉCIE – ILICITUDE DA APREENSÃO - PEDIDO DE LIBERAÇÃO – NEGATIVA – VIOLAÇÃO AO DIREITO LÍQUIDO E CERTO - LIBERAÇÃO IMEDIATA DA MADEIRA APREENDIDA – SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA.

A preliminar de ilegitimidade passiva não prospera, pois incide no caso a teoria da encampação, segundo a qual "torna-se coatora a autoridade superior que encampa o ato do inferior, contestando o mérito da impetração". (STJ - Resp. nº 12.837/CE).

A ilegalidade do ato impugnado é questão de mérito, impondo a rejeição da preliminar de carência da ação suscitada sob este argumento, principalmente quando as condições da ação se encontram preenchidas.

⁴⁶MATO GROSSO. Tribunal de Justiça. Mandado de Segurança nº 10605/2009. Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas. Relator: desembargador Donato Fortunato Ojeda. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/>. Acesso em: 16/04/2016.

Nos termos do artigo 32 do Decreto Estadual nº 8.189/2006, havendo erro material no preenchimento da Guia Florestal, é viável a substituição do documento, inexistindo justificativa para a apreensão da madeira, principalmente ante a inexistência de dolo, fraude ou simulação no seu preenchimento.

VOTO (MÉRITO)

EXMO. SR. DES. EVANDRO STÁBILE (RELATOR)

Egrégia Turma:

Trata-se de mandado de segurança impetrado contra ato atribuído ao Exmo. Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, consistente em reter a carga de madeira serrada da impetrante e o veículo automotor que as transportava, lavrando o respectivo Auto de Apreensão, em decorrência de mero erro material quanto à nomenclatura científica das espécies de madeira.

O mandado de segurança se destina a afastar ofensa ilegal ou qualquer ato praticado com abuso de poder. No caso em apreço, a autora do writ sustenta que a o ato da autoridade coatora, caracteriza-se ilegal e viola seu direito líquido e certo.

De fato, o mandamus foi impetrado por causa da negativa de liberação da madeira apreendida na via administrativa. Assim, não há falar-se em carência de ação, porque o ato administrativo praticado pela autoridade coatora se mostra presente.

A nota fiscal de fls. 159 comprova que as espécies de madeira transportadas pela impetrante em 18-11-2008 correspondiam ao “Cedrinho” e “Angelin-Pedra”, como são popularmente conhecidas.

Todavia, ao preencher a Guia Florestal para transporte de produtos florestais diversos de nº 1118, fls. 160, a impetrante declinou no referido documento a nomenclatura científica equivocada para a espécie popular conhecida como “Angelin-Pedra”, fazendo constar o nome “Dinizia Excelsa” ao invés de “Hymenolobium-SP”.

A apreensão da madeira foi fundamentada no artigo 40 da Lei Complementar Estadual nº 233/2005 e o artigo 10, inciso VI, do Decreto Estadual nº 8.189/2006, os quais estabelecem, respectivamente:

“Artigo 40 - Fica instituída a Guia Florestal - GF/MT, instrumento de controle obrigatório a ser utilizado por pessoas físicas e jurídicas na entrega, remessa, transporte, recebimento e estocagem ou armazenamento de matérias-primas, produtos e subprodutos florestais, madeireiros e não madeireiros, desde o local de extração ou beneficiamento até o seu destino final.”

“Artigo 10 - A GF será disponibilizada no site da SEMA contendo os seguintes itens:

(...)

VI – nome da essência a ser transportada: (científico e vulgar)”

Ocorre que não houve irregularidade no documento apresentado pela impetrante, evidenciando-se mero erro material, pois a autora não deixou de declinar na Guia Florestal uma das espécies transportadas, mas apenas se equivocou quanto à nomenclatura científica de uma delas. No local onde deveria colocar o nome científico “Dinizia Excelsa” fez constar o nome “Hymenolobium-SP”.

O caso é solucionado pelo artigo 32 do Decreto Estadual nº 8.189/2006, in verbis:

“Art. 32 - Não será permitida a substituição ou cancelamento da GF que acobertar a carga de produto ou subproduto florestal quando, em trânsito, for constatada fraude, simulação ou dolo no preenchimento, ressalvados os casos de erro material.”

Havendo erro material no preenchimento da Guia Florestal as autoridades fiscais devem viabilizar a substituição do documento. A apreensão da carga somente se justifica após a apuração da simulação, dolo ou fraude no preenchimento da Guia Florestal, o que não é o caso dos autos.

No caso, observa-se que a Guia Florestal para Transporte de Produtos Florestais Diversos – GF3 nº 1118 – encontrava-se preenchida de forma irregular, notadamente, quanto à nomenclatura específica das espécies, situação confirmada pela própria impetrante que, conforme defende, o fez de forma equivocada, razão pela qual protocolou junto a Administração o Certificado da Madeira – INDEA, conforme Portaria 25, de 19-02-2008, para troca de nomenclatura científica (fls. 25).

A lei é clara ao determinar que a constatação sobre a existência da fraude, simulação ou dolo no preenchimento da Guia Florestal deve ocorrer “em trânsito”, ou seja,

imediatamente. Havendo suspeita de crime, os técnicos devem providenciar as averiguações necessárias para descartar a hipótese de erro material, caso em que a substituição da guia deverá ser viabilizada, apreendendo-se a madeira tão somente haja a confirmação do ilícito, salvo nos casos em que este for flagrante, o que não é o caso.

A impetrante portava a nota fiscal, fls. 159, e a guia florestal, fls. 160, documentos obrigatórios cuja ausência poderia implicar na apreensão da carga. Assim, inexistente a prática de ilícito visivelmente detectado capaz de justificar a apreensão.

Demais disso, é de se observar que o artigo 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98, cuida de crime ambiental na hipótese em que há o transporte de madeira sem licença válida para todo o tempo de viagem ou de armazenamento, o que também não é o caso dos autos.

Dessa forma, não parece razoável que mera irregularidade material no preenchimento do documento confira ao órgão ambiental o direito de apreender a carga de madeira, principalmente quando não caracterizada a hipótese de crime ambiental declinada no artigo 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98, tampouco o dolo, a simulação ou a fraude no preenchimento da Guia Florestal.

A prova pré-constituída se revela suficiente para demonstrar a violação ao direito líquido e certo da impetrante, devendo haver a imediata liberação da carga pela autoridade coatora.

Em relação ao pedido de liberação do veículo apreendido, não sendo ele de propriedade da impetrante, falece a ela o interesse jurídico no respectivo relaxamento, não podendo demandar, em nome próprio direito alheio, nos termos do que prescreve o artigo 6º do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, concedo parcialmente a segurança pretendida, apenas para determinar a imediata liberação da madeira apreendida conforme o termo de apreensão de fls. 157.

É como voto.⁴⁷

Neste caso também foi constatado que não houve irregularidade, apenas erro material na nomenclatura científica. A confusão na identificação das espécies é tamanha que o próprio desembargador relator inverteu os nomes em seu voto. Em um trecho ele escreveu, *“Todavia, ao preencher a Guia Florestal para transporte de produtos florestais diversos de nº 1118, fls. 160, a impetrante declinou no referido documento a nomenclatura científica equivocada para a espécie popular conhecida como “Angelin-Pedra”, **fazendo constar o nome “Dinizia Excelsa” ao invés de “Hymenolobium-SP”*** e em seguida, em outro trecho mais abaixo escreveu, *“Ocorre que não houve irregularidade no documento apresentado pela impetrante, evidenciando-se mero erro material, pois a autora não deixou de declinar na Guia Florestal uma das espécies transportadas, mas apenas se equivocou quanto à nomenclatura científica de uma delas. **No local onde deveria colocar o nome científico “Dinizia Excelsa” fez constar o nome “Hymenolobium-SP”***. Sendo assim, fica comprovado que o equívoco na nomenclatura científica é totalmente compreensível e justificável.

Já no caso de divergência mínima na volumetria, se tem como exemplo o julgamento do RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL nº 300/2014, tendo como

⁴⁷MATO GROSSO. Tribunal de Justiça. Mandado de Segurança nº 131551/2008. Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas. Relator: desembargador Evandro Stábile. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/>. Acesso em: 16/04/2016.

Relator o Dr. Marcelo Sebastião Prado de Moraes, transcrito no segundo capítulo.⁴⁸ Neste caso, a diferença detectada entra o volume apresentado na guia florestal e o volume apresentado no laudo técnico é mínima, equivale a menos de 1,4%, o que, sem dúvida, é uma divergência escusável e obviamente não traz prejuízo ao meio ambiente, devendo ser desprezada. Como consta no próprio voto, esta diferença pode estar exatamente na forma de medir, fato que tem sido observado diariamente nos processos.

Estas jurisprudências mostram que o entendimento dos tribunais é de que o órgão ambiental fiscalizador deve agir com mais razoabilidade, analisando caso a caso para verificar se existe mesmo infração, se há necessidade de multar, de apreender a carga e o caminhão, se o ato de fato causou dano ao meio ambiente e se a madeireira tinha mesmo a intenção de infringir a legislação. As situações devem ser melhor analisadas para evitar autuações desnecessárias que gerarão diversos processos, tanto administrativos como judiciais, que não beneficiam em nada o meio ambiente.

⁴⁸MATO GROSSO. Tribunal de Justiça. Recurso de Recurso de Apelação Criminal nº 300/2014. Relator: desembargador Marcelo Sebastião Prado de Moraes. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/>. Acesso em: 04/04/2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como todos sabemos, o meio ambiente é essencial a vida e é preciso ser preservado. Para isso foram criadas leis que estabelecem direitos e deveres no intuito de controlar o seu uso, conservando-o não só para as gerações presentes, mas também para as gerações futuras.

Ocorre que muitas vezes estas legislações não são muito precisas, possuem incongruências, o que abre margem para muitas divergências e discussões. Outro problema é a falta de sensatez e razoabilidade dos órgãos ambientais que aplicam sanções exageradas quando inexistente prejuízo ao meio ambiente.

Segundo Alexandre de Moraes na obra Direito Constitucional Administrativo, assim se manifesta sobre o tema:

O princípio da razoabilidade pode ser definido como aquele que exige proporcionalidade, justiça e adequação entre os meios utilizados pelo Poder Público, no exercício de suas atividades – administrativas ou legislativas – e os fins por ela almejados, levando-se em conta critérios racionais e coerentes.

José Eduardo Martins Cardoso define-o, pela óptica da Administração Pública, como

“o princípio que determina à Administração Pública, no exercício de faculdades discricionárias, o dever de atuar em plena conformidade com critérios racionais, sensatos e coerentes, fundamentados nas concepções sociais dominantes”.

O princípio da razoabilidade não deve ser confundido com um dos critérios utilizados para a sua aplicação, qual seja a proporcionalidade, Paulo Bonavides aponta as ambiguidades terminológicas e ensina que

“os termos mais utilizados na Alemanha para esse princípio são ‘proporcionalidade’ (Verhältnismässigkeit) e ‘proibição de excesso’ (Übermassverbot), via de regra empregados para designar o conjunto de conceitos parciais ou elementos constitutivos denominados sucessivamente adequação (Geeignetheit), necessidade (Erforderlichkeit) e proporcionalidade em sentido estrito (Verhältnismässigkeit, i. e., Sinn), que compõem o sobredito princípio.

O que se exige do Poder Público, portanto, é uma coerência lógica nas decisões e medidas administrativas e legislativas, bem como na aplicação de medidas restritivas e sancionadoras; estão, pois, absolutamente interligados, os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Odete Medauar explica com extrema clareza essas noções, bem como a interligação entre os dois princípios, apontando que

“no direito estrangeiro, o ordenamento norte-americano e argentino, por exemplo, operam com a razoabilidade. Os ordenamentos europeus, sobretudo alemão e francês, utilizam o princípio comunitário o da proporcionalidade”.

A proporcionalidade, portanto, deve ser utilizada como parâmetro para se evitarem os tratamentos excessivos (ubermässig), inadequados (unangemessen), buscando-se sempre no caso correto o tratamento necessariamente exigível (erforderlich, unerlässlich, undedingt notwendig), como colorário ao princípio da igualdade, pois, como salienta Manoel Gonçalves Ferreira Filho,

“do princípio da igualdade construiu-se apreciação da razoabilidade da norma. De fato, se a igualdade consiste no tratamento igual para os iguais, desigual para os desiguais, a lei desarrazoada desigualiza, arbitrariamente, os indivíduos”.

Dessa forma, uma medida somente será adequada se, para alcançar sua finalidade desejada, causar o menor prejuízo possível e se houver proporcionalidade entre as vantagens que dela derivam e suas desvantagens.

Nesse mesmo sentido, manifesta-se Gilmar Ferreira Mendes, ao afirmar que

*“um juízo definitivo sobre a proporcionalidade da medida há de resultar da rigorosa ponderação entre o significado da intervenção para o fim atingido e os objetivos perseguidos pelo legislador (proporcionalidade ou razoabilidade em sentido estrito). O pressuposto da adequação (Geeignetheit) exige que as medidas interventivas adotadas mostrem-se aptas a atingir objetivos pretendidos. O requisito da necessidade ou da exigibilidade (Notwendigkeit oder Enforderlichkeit) significa que nenhum meio menos gravoso para o indivíduo revelar-se-ia igualmente eficaz na consecução dos objetivos pretendidos. Assim, apenas o que é adequado pode ser necessário, mas o que é necessário não pode ser inadequado”.*⁴⁹

Da transcrição acima se depreende, claramente, que os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade visam controlar os excessos eventualmente praticados pelo Estado, em detrimento da sociedade, em seu conjunto ou individualmente.

Em muitos casos de divergência de nomenclatura e volumetria é exatamente o que acontece, o Estado, por seu órgão ambiental, impõe sanções sob alegações circunstanciais muito frágeis, deixando de lado o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, e ainda provocando o surgimento de inúmeros processos desnecessários, abarrotando ainda mais o judiciário que poderia

⁴⁹MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional Administrativo*. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, p. 114 e 115.

empenhar seu escasso tempo em matérias de real necessidade e de interesse para o meio ambiente e para a sociedade.

É conveniente que não se aplique sanções administrativas indiscriminadamente, sob o risco de tornarem-se inócuas, sendo estas desproporcionais ao dano causado, ou, eivadas de vícios, levarão ao insucesso da intenção e provavelmente à sua anulação.

Toda vez que a sanção aplicada, por sua inconsistência, for anulada, contribui para o descrédito de todo um sistema estruturado para a defesa do meio ambiente, transmitindo, assim, à sociedade, o sentimento de impunidade.

As sanções administrativas devem ter primeiramente, a função educativa, de molde a possibilitar a diminuição da incidência de danos ambientais, ao menos, naqueles casos em que possam estes ser evitados.

Devem ainda servir à prevenção aos danos ao ambiente, ao menos por deixar claro aos que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras, ou àqueles que pelo simples fato de serem proprietários de imóveis rurais, ou até mesmo urbanos, que o custo de eventuais sanções que venham a receber, podem superar, em muito, o valor que despenderiam ao tomar as medidas preventivas.

Não há eficácia na sanção administrativa aplicada com fins unicamente pecuniários, como nos parece ser a motivação das sanções nestes casos, em que o órgão ambiental age com exagero e desprezo aos princípios norteadores dos processos administrativos.

A subjetividade engastada nas sanções administrativas, não pode dar azo a qualquer tipo de vingança ou perseguição, por parte do agente, ao suposto infrator.

Certamente, já caminhamos bastante no sentido da evolução da tutela ambiental, porém, ainda resta um longo caminho para ser trilhado.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Sidney. **Comentários à lei de crimes ambientais contra o meio ambiente e suas sanções administrativas**. 3ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

BRASIL, **Constituição Federal**. Presidência da República, Brasília, D.F., 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/042016.

BRASIL, Decreto Estadual nº 571, de 29 de julho de 2011. Estabelece as nomenclaturas das espécies de madeiras no âmbito da gestão ambiental do Estado de Mato Grosso. **Governo do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, M.T., 2011. Disponível em: <http://www.sefaz.mt.gov.br/>. Acesso em: 06/042016.

BRASIL, Decreto Estadual nº 1.375, de 03 de junho de 2008. Disciplina a utilização, o preenchimento e a emissão da Guia Florestal (GF) para o transporte de produtos e/ou subprodutos de origem florestal do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. **Governo do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, M.T., 2006. Disponível em: <http://www.sefaz.mt.gov.br/>. Acesso em: 04/042016.

BRASIL, Decreto Estadual nº 8.189, de 10 de outubro de 2006. Regulamenta o Art. 4º, inciso II, e o Art. 62, inciso IV, da Lei Complementar nº 233, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. **Governo do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, M.T., 2008. Disponível em: <http://www.sefaz.mt.gov.br/>. Acesso em: 04/042016.

BRASIL, Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo

administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, D.F., 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/04/2016.

BRASIL, Instrução Normativa Nº 29, de 21 de maio de 2008. Autoriza a inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC das espécies florestais. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, Brasília, D.F., 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 06/04/2016.

BRASIL, Lei Complementar nº 233, de 21 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. **Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, M.T., 2006. Disponível em: <http://www.sefaz.mt.gov.br/>. Acesso em: 13/04/2016.

BRASIL, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, D.F., 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13/04/2016.

BRASIL, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, D.F., 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/04/2016.

BRASIL, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, D.F., 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/04/2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus Nº 86.913 – PR. Relator: ministro Arnaldo Esteves Lima. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/>. Acesso em: 04/04/2016.

DIAS, Marieta Prata de Lima. **Flora mato-grossense**: Motivação dos nomes científicos. Sinop: UFMT, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FREIRE, Willian. **Direito ambiental brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: AIDE, 2000.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito de águas**: disciplina jurídica das águas doces. São Paulo: Atlas, 2006.

INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Identificação e cubagem de madeiras**. Disponível em: <http://www.indea.mt.gov.br/anatomia-identificacao-e-cubagem-de-madeira/>. Acesso em 11/04/2016.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Identificação macroscópica de madeiras**. São Paulo: 2007.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de identificação das principais madeiras comerciais brasileiras**. São Paulo: 1983.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MATO GROSSO. Tribunal de Justiça. Mandado de Segurança nº 131551/2008. Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas. Relator: desembargador Evandro Stábile. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/>. Acesso em: 16/04/2016.

MATO GROSSO. Tribunal de Justiça. Mandado de Segurança nº 10605/2009. Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas. Relator: desembargador Donato Fortunato Ojeda. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/>. Acesso em: 16/04/2016.

MATO GROSSO. Tribunal de Justiça. Mandado de Segurança nº 38723/2009. Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas. Relatora: desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/>. Acesso em: 16/04/2016.

MATO GROSSO. Tribunal de Justiça. Recurso de Apelação Criminal nº 2017/2012. Relator: desembargador Hildebrando da Costa Marques. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/>. Acesso em: 04/04/2016.

MATO GROSSO. Tribunal de Justiça. Recurso de Recurso de Apelação Criminal nº 300/2014. Relator: desembargador Marcelo Sebastião Prado de Moraes. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/>. Acesso em: 04/04/2016.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional Administrativo**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas.

MUKAI, Toshio. **Direito administrativo sistematizado**. São Paulo: Saraiva, 1999.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Laboratório de Produtos Florestais**: Banco de dados de madeiras brasileiras. Disponível em: <http://sistemas.florestal.gov.br/madeirasdobrasil/caracteristicas.php?ID=19&caracteristica=204>. Acesso em 08/04/2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Glossário Jurídico**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=P&id=491> Acesso em 10/04/2016.